



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Psicologia

Izabela Albino de Oliveira

**Experiências psicossociais produzidas pelas práticas corporais
de movimento em adolescentes pertencentes a territórios
socialmente vulneráveis**

Rio de Janeiro

2024

Izabela Albino de Oliveira

Experiências psicossociais produzidas pelas práticas corporais de movimento em adolescentes pertencentes a territórios socialmente vulneráveis



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Jimena de Garay Hernández

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

O48	Oliveira, Izabela Albino de. Experiências psicossociais produzidas pelas práticas corporais de movimento em adolescentes pertencentes a territórios socialmente vulneráveis / Izabela Albino de Oliveira. – 2024. 80 f. Orientadora: Jimena de Garay Hernández . Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. 1. Psicologia social – Teses. 2. Políticas públicas –Teses. 3. Adolescentes – Rio de Janeiro – Teses. I. Hernández, Jimena de Garay. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título. br CDU 316.6
-----	---

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

Izabela Albino de Oliveira

Experiências psicossociais produzidas pelas práticas corporais de movimento em adolescentes pertencentes a territórios socialmente vulneráveis

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 1 de abril de 2024.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Jimena de Garay Hernández (Orientadora)
Instituto de Psicologia – UERJ

Prof.^a Dr.^a. Adriana Bernardes Pereira
Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Prof.^a Dr.^a. Katia Rubio
Universidade de São Paulo

Rio de Janeiro
2024

DEDICATÓRIA

A todas as crianças e adolescentes que participaram da pesquisa e todos aqueles engajados na luta pela garantia do esporte e das práticas corporais como direito do cidadão.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me sustentado a cada dia para a concretização desta pesquisa.

Aos amigos e familiares, em especial aos meus pais Izabel e Juarez e meus irmãos, por compreenderem minha ausência em determinados momentos durante o percurso, e ainda por acreditarem e incentivarem o estudo e a educação como possibilidade de transformação e formação do indivíduo.

Ao companheiro, pelo incentivo, compreensão e suporte nesta jornada.

À professora e orientadora Jimena, pelo acolhimento afetuoso, pelas trocas, incentivo e apoio. A conclusão desta pesquisa só foi possível graças à sua sensibilidade e compreensão.

Ao professor Alberto Filgueiras, por ter acolhido minha ideia de pesquisa.

Aos membros da banca, por aceitarem e contribuírem para o desenvolvimento desta pesquisa.

À Prefeitura Municipal de Itaperuna, por ter autorizado a realização da pesquisa, e à Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Itabapoana pela assistência referente ao transporte.

Aos meus queridos amigos do CREAS de Itaperuna, pelo incentivo e compreensão durante este ciclo.

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro e ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social.

Quem costuma vir de onde eu sou
Às vezes não tem motivos pra seguir
Então levanta e anda, vai, levanta e anda
Vai, levanta e anda
Mas eu sei que vai, que o sonho te traz
Coisas que te faz prosseguir
Emicida

RESUMO

OLIVEIRA, Izabela Albino de. *Experiências psicossociais produzidas pelas práticas corporais de movimento em adolescentes pertencentes a territórios socialmente vulneráveis*. 2024. 80 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

O termo “práticas corporais” é utilizado para expressar diferentes formas de atividade corporal ou expressões culturais. Estudos recentes têm enfatizado sua relevância, corroborando com a ideia de que as experiências adquiridas são fundamentais para o desenvolvimento saudável do sujeito, atuando como estratégia de proteção frente às vulnerabilidades sociais enfrentadas. Buscando analisar as experiências das práticas corporais de movimento em adolescentes pertencentes a territórios socialmente vulneráveis, a presente pesquisa se desenvolveu no âmbito das políticas públicas, especificamente em unidades do Sistema Único de Assistência Social de um município do interior do estado do Rio de Janeiro. No decorrer do estudo, foram realizadas 16 entrevistas estruturadas e um trabalho de observação com inspiração etnográfica e registro em diário de campo. Ao longo do texto, analiso de que forma as práticas corporais de movimento atravessam as vivências dos adolescentes com seus corpos, seus pares, sua família e seu território. Dessa forma, o estudo buscou trabalhar as práticas corporais de movimento como parte de um conjunto de políticas públicas e não na perspectiva isolada. Compreendendo, assim, a necessidade de uma interlocução permanente com outros direitos sociais.

Palavras-chave: Práticas Corporais de Movimento. Adolescentes. Territórios Vulneráveis Socialmente. Assistência Social. Políticas Públicas.

ABSTRACT

OLIVEIRA, Izabela Albino de. *Psychosocial experiences produced by body movement practices in adolescents belonging to socially vulnerable territories*. 2024. 80 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

The term “bodily practices” is used to express different forms of bodily activity or cultural expressions. Recent studies emphasize its relevance, corroborating the idea that the experiences acquired are fundamental for the subject's healthy development, acting as a protection strategy against the social vulnerabilities faced. Seeking to analyze the experiences of bodily movement practices in adolescents belonging to socially vulnerable territories, this research was developed within the scope of public policies, specifically in units of the Unified Social Assistance System in a municipality in the interior of the state of Rio de Janeiro. During the study, 16 semi-structured interviews and observation work were carried out with ethnographic inspiration and recorded in a field diary. Throughout the text, we analyze the way in which bodily movement practices permeate adolescents' experiences with their bodies, their peers, their family and their territory. In this way, the study sought to work on bodily movement practices as part of a set of public policies and not from an isolated perspective. Understanding the need for permanent dialogue with other social rights.

Keywords: Body Movement Practices. Teenagers. Socially Vulnerable Territories. Social assistance. Public policy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
PNAS	PNAS - Política Nacional de Assistência Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
RMA	Registro Mensal de Atendimento

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	10
1	PERCURSO METODOLÓGICO.....	14
1.1	ENTREVISTAS.....	18
1.2	OBSERVAÇÃO DE INSPIRAÇÃO ETNOGRÁFICA	19
2	A ESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEUS IMPASSES	22
2.1	Vulnerabilidade Social	27
2.2	Vulnerabilidade social e práticas corporais.....	30
3	PRÁTICAS CORPORAIS DE MOVIMENTO NO SUAS	33
4	O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E AS PRÁTICAS CORPORAIS DE MOVIMENTO NO SUAS	38
4.1	Práticas corporais desenvolvidas no SCFV: objetivos, tensões, potências.....	40
4.1.2	<u>Violência e riscos.....</u>	47
4.1.3	<u>Sentidos das práticas corporais na vida das crianças e adolescentes.....</u>	50
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
	REFERÊNCIAS	58
	ANEXO A - Comitê de Ética e Pesquisa	66
	ANEXO B - Autorização da instituição	68
	ANEXO C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	69
	ANEXO D - Roteiro Entrevista.....	72
	ANEXO E - Transcrição das Entrevistas Discutidas no Texto.....	73
	ANEXO F- Fotos	80

INTRODUÇÃO

Para explicar e contextualizar meu interesse pelo tema Psicologia, Esporte e Assistência Social, será necessário fazer um percurso cronológico que se inicia muito antes da minha inserção no mestrado em Psicologia Social. Enquanto eu ainda estava na graduação, no ano de 2016, foi-me apresentada a disciplina de Psicologia e Desporto na Universidade Federal Fluminense, no campus da cidade de Campos dos Goytacazes. Era a primeira vez que seria ministrada e o professor era o conceituado psicólogo do Esporte, Erick Conde, que já tivera atuado em grandes clubes e instituições.

Desde então, minha afinidade e interesse pelo tema aumentou e isso se consolidou em participação em grupos de pesquisa sobre Psicologia do Esporte, participação em eventos, desenvolvimento de pesquisas científicas e realização do estágio em Psicologia do Esporte Escolar. No estágio, tive minha primeira experiência prática com a Psicologia do Esporte, que até então, estava sendo consolidada ainda tanto na instituição em que eu estudava quanto na instituição em que eu realizei o estágio. Nesta experiência de estágio em Psicologia do Esporte, desenvolvi atividades junto a um time de futsal feminino do Ensino Médio no Instituto Federal Fluminense, na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ.

A prática da atividade física no ensino médio é algo bastante comum nas escolas brasileiras e consta na grade como disciplina obrigatória, visto que se têm inúmeros benefícios, principalmente quando se refere à adolescência, fase marcada por diversos aspectos, como crescimento, desenvolvimento e maturação. Além dos diversos benefícios, o esporte nesse ciclo da vida se torna um importante instrumento de função social. Sobre isso, para Bruel (1989), o esporte deve ser entendido e tratado como um fenômeno social e político, capaz de influenciar o conjunto de transformações culturais de uma sociedade. Rico nas suas relações ativas e dinâmicas do grupo social, o esporte é a representação viva das manifestações de ludicidade e criatividade do movimento de um povo.

A autora Rubio (2008) reflete ainda sobre essa importância no âmbito escolar, reafirmando o papel essencial que a escola representa na vida de

muitas crianças e adolescentes como uma forma de preparar esse grupo para as diferentes interações na sociedade, e tal movimento seria essencial para formação da identidade desse sujeito.

Bom, nesta vivência, pude conhecer um pouco a realidade das adolescentes e jovens no contexto esportivo. Nas entrevistas feitas, visando ter um melhor conhecimento sobre aquelas adolescentes e jovens e desenvolver as atividades do estágio, observei que muitas delas eram oriundas de famílias de classes baixas e residentes em territórios vulneráveis socialmente. Algumas delas ainda eram dependentes do auxílio Bolsa-Atleta¹ que a instituição disponibilizava. Esse auxílio ajudava nas despesas da casa, como alimentação, transporte e afins. Ainda nessa minha experiência, pude observar também os esforços despendidos por muitas daquelas adolescentes para que pudessem realizar a atividade esportiva. Muitas dessas jovens viam o esporte como uma oportunidade de crescimento, ascensão e inserção no mundo profissional.

Depois de terminar o estágio e logo após com a conclusão da minha graduação, ingressei no campo da Assistência Social, a princípio no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Tendo trabalhado por um tempo também na instituição de acolhimento (CASA LAR), neste período tive uma breve passagem também pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Falarei mais sobre essas unidades públicas no seguinte capítulo.

Do ponto de vista profissional, tudo era muito novo pra mim, e mesmo estando em um campo diferente do que eu vinha estudando na graduação, sempre quis, na minha atuação enquanto trabalhadora do SUAS, aproximar a Psicologia do Esporte e as Políticas Públicas.

Desta forma, nos espaços onde eu trabalhava, nas entrevistas e escutas qualificadas que eu realizava com os adolescentes, geralmente os perguntava acerca da proximidade com a prática do esporte e também sobre o acesso aos locais de realização dessas práticas esportivas. Aqui eu já sabia que o esporte não era o “salvador da pátria”, mas pelas experiências do estágio, sabia do seu

¹A bolsa de desenvolvimento esportivo ou Bolsa-Atleta visa contribuir para a formação esportiva e ética do estudante, de forma que as atividades desenvolvidas possam favorecer o desenvolvimento de uma formação cidadã integral. (CAMPOS DOS GOYTACAZES, 2023, p.1).

poder de transformação social e seu alcance na vida das pessoas, independente da classe social.

A cidade onde trabalho, Itaperuna, é uma das maiores cidades do interior do estado do Rio de Janeiro, sendo sua população estimada em mais de 100 mil habitantes segundo os dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE, em 2022. O município se localiza numa distância de 300 quilômetros da capital Rio de Janeiro, sendo um dos principais municípios e o mais populoso da sua microrregião, Noroeste Fluminense (IBGE, 2022). Apesar disso, a disponibilidade e variedade de serviços públicos no interior muitas das vezes são reduzidas, comparando-se com as grandes capitais.

Ocorre que, para minha surpresa, o município possuía um centro poliesportivo vinculado à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, onde eram oferecidas diversas modalidades de esporte, condicionamento físico e atividades rítmicas, como futebol, natação, ballet, capoeira, Tae bo, dentre outras. E, para minha maior surpresa ainda, soube que a própria Secretaria de Assistência Social possuía atividades esportivas dentro do CRAS. Mesmo que a finalidade das atividades/oficinas no CRAS não seja o alto rendimento, já era algo muito positivo. A partir disso, mapeando a realidade do município para com essas atividades do CRAS, veio o interesse sobre como essas crianças e adolescentes vivenciam a prática da atividade física, e como também essas atividades estavam sendo desenvolvidas por meio da política pública de assistência social.

Assim, considero que me situo diariamente dentro do meu campo de pesquisa, como uma pesquisadora, trabalhadora do SUAS, como uma jovem e agora mulher, que veio de família pobre e que fez uso das políticas sociais, até mesmo para concluir a graduação em uma universidade pública e ainda como uma jovem que reside em uma cidade do interior, bastante longe da metrópole e conhece as discrepâncias do modo de viver no interior. Estou inserida, portanto, no meu objeto de pesquisa diariamente, no meu ambiente de trabalho, na esquina da minha casa e nos locais onde frequento.

Portanto, a presente pesquisa almejou analisar as experiências psicossociais produzidas pelas práticas corporais de movimento em adolescentes em territórios vulneráveis socialmente, sendo a pesquisa

realizada por intermédio do CRAS – Centro de Referência da Assistência Social. As análises realizadas a partir desta pesquisa poderão servir como base para mapeamento das temáticas aqui trabalhadas dentro do serviço público, mais especificamente, na interlocução entre políticas de assistência social e políticas voltadas para o público infanto-juvenil. Busca-se ainda explorar os modos em que as experiências acontecem, a forma como as práticas corporais de movimento são percebidas e vivenciadas pelos adolescentes em territórios vulneráveis e os arranjos que tais práticas desenvolvem dentro do campo de pesquisa estudado.

Desta forma, a presente dissertação está organizada da seguinte forma: o primeiro capítulo consiste na explanação sobre o percurso metodológico utilizado, as entrevistas e a observação de inspiração etnográfica. No segundo capítulo, “A Estruturação da Política de Assistência Social e Seus Impasses” discorro sobre a estruturação da política de assistência social, sobre como foi a sua fundamentação e quais os serviços que a compõem. Ainda no capítulo dois, aprofundo o debate sobre a conceituação do termo vulnerabilidade social.

No terceiro capítulo, “Práticas Corporais de movimento no SUAS”, trago a conceituação de ambos os termos, bem como discorro sobre as políticas públicas voltadas para o tema. Já no quarto capítulo, “O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos as Práticas Corporais de Movimento no SUAS”, discuto as experiências e vivências que percebi e observei no trabalho de campo.

1 PERCURSO METODOLÓGICO

O presente estudo almejou o levantamento de informações sobre o desenvolvimento de atividades/oficinas que envolvem as práticas corporais de movimento nos serviços da política de assistência social. Ao longo do texto, analiso de que forma as práticas corporais de movimento atravessam as vivências dos adolescentes com os próprios pares, corpos, família, correlacionado com as políticas públicas. A pesquisa realizada foi de natureza qualitativa e caracteriza-se pelo uso de entrevistas e observações de campo como material de análise, direcionando seu interesse nas experiências, perspectivas dos indivíduos ou grupos em suas práticas no ambiente do qual ele está situado, analisando, assim, as interações, comunicações e outras formas de expressões das vivências que estejam presentes nesse meio (BARBOUR, 2009).

O percurso metodológico consistiu na realização de 16 entrevistas estruturadas com adolescentes usuários de três CRAS (Roteiro no ANEXO D), transcrição no (ANEXO E) do município de Itaperuna e um trabalho de observação etnográfica em um dos CRAS. Ambos métodos serão descritos neste capítulo.

No que tange às considerações éticas, a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa (ANEXO A). Informamos ainda que obtivemos autorização e consentimento por parte da Secretaria de Assistência Social para desenvolver a coleta de dados da pesquisa em suas unidades no município de Itaperuna-RJ (ANEXO B). Foi usado um Termo de Consentimento (ANEXO C). Os nomes das unidades dos quais foi desenvolvida a pesquisa não serão mencionados, visando garantir o anonimato e sigilo de profissionais, usuários e adolescentes participantes.

As práticas corporais de movimento há muito tempo são vistas e enfatizadas por especialistas como algo benéfico para saúde no geral, sendo, portanto recomendada e associada a outros tipos de práticas e intervenções para promoção de uma qualidade de vida, bem estar e hábitos saudáveis (PINHEIRO; ANDRADE; MICHELI, 2016).

Há evidências científicas comprovando os benefícios da atividade para

além do bem estar físico, contemplando também benefícios do ponto de vista psicológico (TORRADO et al., 2016). Os autores Almeida, Pereira e Fernandes (2018), em suas pesquisas, analisaram os efeitos da prática desportiva no bem estar psicológico, concluindo que a prática contribuiu tanto para o bem estar físico quanto para o desenvolvimento comportamental. Já os autores Aranha e Teixeira (2017) puderam aferir que a atividade física pode estar associada ao estado de bem-estar, tendo efeitos positivos quanto à saúde mental.

Tais práticas possuem frequentemente a capacidade de despertar e envolver os indivíduos, seja em um contexto de lazer ou em níveis competitivos, não somente com o viés de participação, mas, de forma ativa no que tange a diversas questões, como inclusão social, estilos de vida saudáveis, educação e afins (HAUDENHUYSE; THEEBOOM; COALTER, 2012).

A partir do entendimento de que as práticas corporais têm papel fundamental na vida de muitas pessoas, a Constituição Brasileira de 1988 as reconheceu como parte dos direitos sociais, ao lado da educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, dentre outros, assim como estabeleceu o dever do Estado para com o fomento das práticas desportivas formais e não formais.

Ainda em 1990, no Brasil, a prática de atividade física tornou-se considerada amplamente como uma questão de saúde, tendo em vista os avanços dos estudos e consequentemente das descobertas dos benefícios da atividade física para além do lazer (PINHEIRO; ANDRADE; MICHELI, 2016).

O termo “práticas corporais” tem ganhado bastante ênfase, seja no âmbito acadêmico, quanto em documentos oficiais. Nota-se que seu uso tem se relacionado com diferentes significados: associado a questões de saúde e cuidados com o corpo; para caracterizar práticas complementares aos cuidados convencionais, como a meditação, relaxamento, dentre outros.

De maneira geral, o termo vem aparecendo para expressar diferentes formas de atividade corporal ou expressões culturais, como: lazer, ginástica, esporte, recreação, danças, jogos, exercícios, atividades motoras, dentre outras. Portanto, compreende-se que o termo engloba diversificadas

manifestações e expressões corporais, abrangendo práticas para além do esporte e/ou atividades mais específicas (LAZZAROTTI FILHO et al., 2010).

De acordo com os estudos dos autores Seabra e colaboradores (2008), a prática regular de atividade física na adolescência aparenta ter efeitos positivos, corroborando com a ideia de que a atividade física é importante na promoção de saúde e prevenção de possíveis doenças. Segundo Nóbrega et al. (2020), estudos recentes têm enfatizado a relevância das atividades físicas sobre a qualidade de vida de adolescentes em vulnerabilidade, sinalizando que tais experiências são fundamentais para o desenvolvimento saudável do sujeito, promovendo saúde mental e atuando como estratégia de proteção quanto às vulnerabilidades sociais enfrentadas pelos adolescentes.

Explorar as experiências psicossociais das práticas corporais em adolescentes pertencentes a territórios socialmente vulneráveis pode se caracterizar como um mapeamento. Ademais, até o momento, a maioria dos estudos que analisaram as experiências em adolescentes vulneráveis com as práticas, direcionaram suas pesquisas em projetos sociais onde se trabalhavam com tais adolescentes. Ressalta-se aqui a relevância desses estudos como forma de ampliar as referências e o conhecimento acadêmico dessa temática. Segundo os autores Abramovay et al. (2002), os projetos sociais, em sua grande maioria possuem em suas propostas o uso do esporte como instrumento para socialização das crianças e desenvolvimento de habilidades, e, normalmente os adolescentes/crianças que mais se destacam, são encaminhados para instituições esportivas, visando a profissionalização.

A presente pesquisa se debruça no âmbito das políticas públicas, especificamente em unidades do Sistema Único de Assistência Social.

Tendo em vista o contexto que muitos adolescentes estão inseridos, caracterizado, em determinadas circunstâncias, por condições de vulnerabilidade, a inserção no trabalho precoce deste grupo se torna alternativa para garantir a sobrevivência de si mesmo e da sua família. Assim, para muitos, a realidade que cabe em seu contexto social é exercer atividade laboral mesmo que precoce para ajudar nas despesas da casa. Desta forma, é importante fazermos uma reflexão de como se deu a inserção precoce das crianças no trabalho, em especial, as crianças pobres e negras:

Com as leis abolicionistas ao final do Império, iniciou-se um período de reescravização de crianças livres, mas pobres, tendo em vista serem elas encaminhadas ao trabalho como medida pedagógica e de correção preventiva, do qual a criança não poderia escapar, posto que o encaminhamento ao trabalho era uma decisão judicial (ARANTES, 2022, p. 7).

Nas populações mais vulneráveis, a inserção precoce no trabalho pode ser considerada cultural. Como sinalizam Alberto e colaboradores (2023), se um pai teve que começar a trabalhar muito cedo para prover as despesas da casa, seu filho também provavelmente fará o mesmo, sendo tal prática vista como um ciclo familiar.

A inserção precoce no trabalho pode ter diversos fatores, tais como a necessidade de ajudar nas despesas da família, a pobreza, a falta de acesso a outras oportunidades com foco no desenvolvimento pessoal e profissional, dentre outros fatores (FEFFERMANN, 2018). Cabe destacar, no entanto, que não é qualquer trabalho que adolescentes de territórios vulneráveis acessam: a precarização e exploração de mão de obra barata é muito presente nessa realidade.

Assim, entende-se que se o adolescente está inserido em um contexto onde há uma cobrança pelo trabalho precoce e uma responsabilização indevida por ajudar nas despesas do seu núcleo familiar, mesmo que de forma não intencional, muito raro o adolescente terá tempo, disposição e interesse em participar de outras atividades com finalidades diversas como as práticas corporais e afins, incluindo a própria escolarização.

Nesta pesquisa, objetivou-se explorar de que forma as políticas públicas de assistência social que atendem adolescentes entendem as práticas corporais na vida deste grupo, e como elas inserem tais práticas na execução da política no cotidiano do serviço. Igualmente, pretendeu-se conhecer as perspectivas de adolescentes atendidos por esses espaços sobre a realização de práticas corporais.

1.1 Entrevistas

As entrevistas estruturadas (cujo roteiro está no Anexo B) foram pensadas como um instrumento metodológico e com perguntas que poderiam nos possibilitar conhecer um pouco mais a história desses adolescentes com as práticas corporais de movimento. Consideramos perguntar de aspectos gerais desses adolescentes e a sua relação com as práticas corporais, pois assim, imaginamos que os adolescentes ficariam mais à vontade para falar sobre a sua experiência de inserção com estas práticas. Acontece que, no decorrer das entrevistas, notamos que alguns dos adolescentes ficavam um pouco tímidos e retraídos; assim, algumas respostas ficavam limitadas, possuindo pouco material para discussão. Em contrapartida, outros adolescentes ficaram muito animados com as entrevistas, respondendo as perguntas com fluidez e ainda questionando se teria mais alguma intervenção no âmbito da psicologia do esporte.

Foram realizadas entrevistas estruturadas com 16 adolescentes de 12 a 17 anos, de ambos os sexos. Como forma de caracterizar esses adolescentes, a seguir, trazemos um detalhamento melhor do grupo, a partir da autoidentificação consultada no início das entrevistas:

- E1:** 13 anos, homem, preto
- E2:** 13 anos, homem, branco
- E3:** 14 anos, mulher, branca
- E4:** 12 anos, homem, pardo
- E5:** 13 anos, homem, pardo
- E6:** 15 anos, homem, preto
- E7:** 16 anos, homem, preto
- E8:** 14 anos, homem, preto
- E9:** 13 anos, mulher, parda
- E10:** 13 anos, mulher, branca
- E11:** 15 anos, mulher, parda
- E12:** 12 anos, mulher, parda
- E13:** 15 anos, mulher, parda
- E14:** 14 anos, mulher, preta
- E15:** 12 anos, mulher, branca

E16: 14 anos, homem, pardo.

Pelo detalhamento podemos verificar que dentre os 16, a maioria (12) se identificam como pretos/pardos e 4 se identificam como brancos. Em relação ao sexo, 8 adolescentes pertencem ao sexo feminino e 8 ao sexo masculino.

1.2 OBSERVAÇÃO DE INSPIRAÇÃO ETNOGRÁFICA

Após as entrevistas realizadas com adolescentes, foi selecionado um CRAS específico para realizar a observação em campo, tendo em vista que demandaria um trabalho mais articulado, com objetivo de criar um vínculo com o local e com as pessoas que ali frequentam.

Esse CRAS foi escolhido tendo em vista a afinidade que eu, como trabalhadora do SUAS, possuía com ele, visto que tinha naquele momento facilidade de contato com o coordenador e que também já conhecia alguns dos funcionários. Cabe informar também que o fator relevante para que tal CRAS fosse o local do qual realizaria a minha observação de campo, foi a receptividade da equipe e também das crianças e adolescentes. Isso foi observado anteriormente, quando ainda estava fazendo as entrevistas que também compõem este estudo.

A observação de campo desenvolveu-se a partir de uma inspiração etnográfica. No (anexo F) é possível verificar algumas fotos do trabalho em campo. Compreendendo que um trabalho etnográfico demanda um acompanhamento mais extenso, comparando com o que foi realizado nesta pesquisa, usamos o método e nos referenciamos nos procedimentos, apenas como uma inspiração. Assim sendo, achamos importante definir tal método, que partiu da Antropologia, sendo bastante utilizado nas pesquisas da área das ciências sociais, incluindo a Psicologia Social.

As autoras Rocha e Eckert (2008, p. 1) em seu texto definem a etnografia como:

Composto de técnicas e de procedimentos de coleta de dados associados a uma prática do trabalho de campo a partir de uma convivência mais ou menos prolongada do(a) pesquisador(a) junto ao grupo social a ser estudado. A prática da pesquisa de campo etnográfica responde, pois a uma demanda científica de produção

de dados de conhecimento antropológico a partir de uma inter-relação entre o(a) pesquisador(a) e o(s) sujeito(s) pesquisados que interagem no contexto recorrendo primordialmente as técnicas de pesquisa da observação direta, de conversas informais e formais, as entrevistas não-diretivas.

Podemos dizer que o método etnográfico é caracterizado por uma presença constante do pesquisador em seu campo pesquisado, que realiza o registro dessa presença em descrições densas. Em algumas experiências, poderá este pesquisador compartilhar as mesmas vivências sociais, para que assim, possa fazer um exercício de reflexão a respeito da teoria e dos temas levantados e observados na sua prática com o grupo (ADAMI, 2008). De acordo com Souza (2015), a etnografia pode ser definida como:

Método de pesquisa qualitativa que visa a descrição e o entendimento integrativo de fenômenos socioculturais presentes em grupos ou comunidades particulares de acordo com os próprios termos e atitudes daqueles que os vivenciam cotidianamente (SOUZA, 2015, p. 1).

Nesta pesquisa, a observação etnográfica consistiu em visitas semanais em um dos CRAS, diálogos com seus profissionais, observação das atividades/oficinas desenvolvidas com o grupo de crianças e adolescentes, observação das interações, experiências do grupo e do espaço que era disponível para realização das atividades.

O CRAS do qual foi desenvolvida a observação etnográfica se caracteriza por ser um território populoso. De acordo com informações do coordenador da unidade, no mês de dezembro de 2023, o volume de famílias em acompanhamento pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) era de 438, de acordo com o Registro Mensal de Atendimento (RMA). Importante ressaltar que as unidades do CRAS se localizam em áreas consideradas em vulnerabilidade social, executando serviços no âmbito da Proteção Social Básica, atuando ainda com núcleos familiares e indivíduos em contexto comunitário (BRASIL, 2004).

As observações de campo foram realizadas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do CRAS mencionado. No SCFV participam crianças e adolescentes que estão inseridos no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), no caso o núcleo familiar está inserido no acompanhamento no PAIF no CRAS daquele território.

Quanto à minha presença, optei por não falar de imediato o que eu estava fazendo ali. Algumas das crianças e adolescentes já me conheciam do ano anterior (quando realizei entrevistas com alguns a respeito da prática da atividade física). Mesmo não me apresentando (novamente) de imediato, não houve qualquer tipo de estranheza ou incômodo com minha presença. Eles continuaram realizando as atividades normalmente.

As entrevistas realizadas com os adolescentes nos possibilitou aproximar e conhecer melhor adolescentes que, nas suas singularidades, rotinas e redes próprias, compartilham um espaço dentro da política pública, explorando suas singularidades, experimentando interesses e relações.

Também é importante mencionar que as reflexões trazidas aqui das experiências desses adolescentes partem de um recorte e do olhar da pesquisadora. Tal recorte pretendeu explorar como era a relação desse adolescente com as práticas corporais de movimento naquele momento e espaço.

É importante também enfatizar que, em todas as interações que realizamos com os adolescentes, eles se mostraram muito solícitos, alguns mais introvertidos – com poucas palavras-, outros mais extrovertidos - perguntando se teria mais atividades para além das entrevistas, sempre interessados e participativos. Assim, no decorrer das entrevistas e do contato diário com os adolescentes e com o grupo de forma geral, percebi que, estar ali com eles, observar de forma atenta cada adolescente, a sua percepção sobre as atividades do SCFV, trazer neste texto seus relatos com o intuito de embasar e aprofundar nossas discussões, é uma forma de potencializar a voz e um instrumento de participação na produção de conhecimento desse grupo que muitas das vezes é silenciado e negligenciado pela sociedade.

O material colhido no percurso metodológico aqui descrito será analisado com maior profundidade no quarto capítulo.

2 A ESTRUTURAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEUS IMPASSES

Os movimentos sociais e lideranças comunitárias eram vistos, até o ano 2000, aproximadamente, como responsáveis pelas transformações sociais, sendo, portanto, vistos como atores de mudança. Com o passar do tempo, essa percepção foi modificando, passando a cargo das políticas sociais o agente fundamental no processo de transformação social (REIS et al., 2014).

Os movimentos sociais podem ser definidos como coletividades formadas por indivíduos ou grupos de diferentes ocupações engajados pela luta e defesa de determinada pauta política, social ou cultural. Assim, os movimentos sociais podem se constituir em diferentes nichos; entretanto, o propósito comum desses movimentos se caracteriza também pela cooperação com o próprio Estado na elaboração e estruturação de políticas governamentais (CARLOS; DOWBOR; ALBURQUERQUE, 2017).

Importante ressaltar que, apesar deste deslocamento, os movimentos sociais se tornaram fundamentais para estruturação e constituição das políticas públicas, sendo importantes atores na implementação e controle social dessas políticas, podendo seus efeitos resultarem na ampliação da viabilização dos direitos pelas instituições.

Afiançados na busca pela garantia dos direitos dos excluídos e na tentativa de ao menos reduzir as desigualdades entre as populações mais elitizadas e as populações marginalizadas, no final da década de 1970, diversos movimentos sociais participaram da elaboração da Constituição de 1988, chamada de “Constituição Cidadã”, onde se buscava uma estrutura que garantisse a Proteção Social por meio da viabilização dos direitos sociais para a população e reconhecesse o direito às estruturas democráticas no país (ROMAGNOLI, 2022).

Tais direitos sociais, advindos da Constituição Cidadã, se estruturaram por meio das Políticas Públicas, visando assegurar as conquistas para com a população marginalizada, num contexto social marcado pela exclusão e desvantagem social (ROMAGNOLI, 2022). Cabe salientar que todo esse processo de estruturação e luta pelas garantias dos direitos não se deu de

forma fluída, e até nos tempos atuais as Políticas Públicas são alvos de críticas e tentativas de desmonte.

Quanto à definição de políticas públicas, a autora Augusto (1989) destaca que estas expressam a ideia de orientação unitária para determinados fins, remetendo a uma noção de ação governamental. Assim, entende-se como “um conjunto articulado de decisões de governo, visando fins previamente estabelecidos a serem atingidos através de práticas globalmente programadas e encadeadas de forma coerente.” (AUGUSTO, 1989, p. 106).

No tocante aos movimentos sociais ligados aos direitos da criança e do adolescente, é importante destacar o papel fundamental do Movimento pelos Direitos da Criança e Adolescente (MDCA) que debruçou sua luta desde o período constituinte (CF/88) na implantação de políticas voltadas à infância, elevando este público a categoria de sujeitos de direitos (CARLOS, DOWBOR; ALBUQUERQUE, 2021).

A Constituição brasileira de 1988 garantiu o direito social como uma das prioridades do pilar da seguridade social. A partir disso, diversas ações e estratégias foram realizadas para tirar da proteção social seu caráter até então assistencialista e clientelista. Importante enfatizar o papel fundamental da regulamentação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA em 1990 e da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS em 1993 para a fundamentação da assistência social como política pública, tendo como finalidade garantir assistência a todos que dela necessitam, sem a condicionalidade de contribuição prévia (ROMAGNOLI, 2012).

A partir da instituição da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no ano de 2004, originou-se um novo modelo de organização da política de assistência social: o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, partindo dos fundamentos da universalização dos acessos aos direitos dos cidadãos. O SUAS, nos seus primórdios, tinha como princípio superar o caráter assistencialista e caritativo, de maneira que até hoje organiza seus serviços tendo como premissa garantir as seguranças básicas como: cidadania, sobrevivência, convívio familiar, desenvolvimento de autonomia, dentre outros (AFONSO, 2008).

Ainda sobre a consolidação da assistência social como política pública e direito social, a realidade naquele momento exigia o alinhamento de estratégias

para os muitos desafios que a política de assistência social enfrentaria, por isso, na IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em 10 de dezembro de 2003, sinalizou como deliberação a construção e implementação do SUAS, instrumento essencial para desenvolvimento efetivo da assistência social como política pública. (BRASIL, 2004).

As ações da PNAS se caracterizaram por ter a família como foco da proteção integral, sendo considerada também elemento central do ECA e da LOAS. Com isso, entende-se que a base dos serviços prestados no âmbito da proteção integral teve a centralidade na família, buscando trabalhar as demandas e contingências sociais dentro daquele núcleo familiar (BRONZO, 2009).

A Assistência Social, agora entendida como política de proteção social, traz para a realidade brasileira um novo panorama, compreendendo que a política de assistência social estaria empenhada em garantir a todos que dela necessitam e sem contribuição prévia a concessão dessa proteção. Com isso, essa nova realidade, de acordo com sua perspectiva, deveria ter um conhecimento apurado do perfil desses brasileiros e agora usuários dos serviços e intervenções da assistência social (BRASIL, 2004).

Nessa perspectiva, há o entendimento de que para a efetiva implementação da política de assistência social, seria necessário a compreensão de três vieses de proteção social, que incluiria, então, as pessoas, suas circunstâncias e o seu núcleo familiar. Esse entendimento exigiria a habilidade de se aproximar do cotidiano das pessoas, possivelmente no intuito de compreender os riscos e vulnerabilidades que estão infiltrados naquele contexto (BRASIL, 2004).

A PNAS buscou incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado (PNAS, 2004).

Em seu subitem “Objetivos”, a Política Nacional de Assistência Social reafirma seu compromisso de realizar-se de maneira integrada juntamente com as outras políticas setoriais, de acordo com as desigualdades sociais e os marcadores sociais presentes nos territórios “visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições de atender

contingências sociais e à universalização dos direitos sociais” (BRASIL, 2004, p. 33).

No ano de 2009 e em 2014 com sua reimpressão, o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS aprovou a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, sendo organizados por níveis de complexidade. Assim como o Sistema Único de Saúde – SUS, a política de assistência social também organiza seus serviços por níveis de complexidade. Desta forma, o SUAS possui uma organização que se divide em Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE). A Proteção Social Básica se destina às pessoas, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade social, entretanto, com vínculos sociais e comunitários preservados. Ou seja, a PSB visa prevenir a ocorrência de determinados riscos e agravantes sociais. Já a PSE divide-se em Média Complexidade – onde já se tem constatado a violação de direitos, e Alta Complexidade – onde os vínculos foram rompidos ou ameaçados (AFONSO, 2008).

A unidade responsável por promover os serviços em nível de PSB é o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). No documento da tipificação, vemos como essa organização por níveis de complexidade foi estruturada:

I - Serviços de Proteção Social Básica: a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas. II - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade: a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); b) Serviço Especializado em Abordagem Social; c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); 6 d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. III - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade: a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: - abrigo institucional; - Casa-Lar; - Casa de Passagem; - Residência Inclusiva. b) Serviço de Acolhimento em República; c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências. (MDS, 2009, p. 5-6).

Como esta pesquisa se situa em Centros de Referência de Assistência Social, irei explicar o funcionamento desta unidade. É importante frisar que, nos

últimos anos, houve uma expansão muito grande das unidades do CRAS em território nacional, segundo os dados do Censo Suas, fruto das necessidades encontradas e da grande demanda de pessoas em contextos de vulnerabilidade social. (BICHIR, 2020).

A Proteção Social Básica estrutura seu foco de trabalho em indivíduos e a população em situação de vulnerabilidade social e fragilização de vínculos sociais (ROMAGNOLI, 2012). O CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizada em áreas de incidência de vulnerabilidade social. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social. O CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário. Dentro os diversos serviços ofertados pelo CRAS, está o Serviço socioeducativo para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2004).

Na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é descrito da seguinte maneira:

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social (MDS, 2009, p.16).

Portanto, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos está vinculado ao CRAS e complementa os outros serviços ofertados por este. Pode-se dizer que o SCFV é desenvolvido a partir de ações preventivas e socioeducativas, integrando um conjunto de ações do CRAS, sendo um espaço

para reflexão da realidade social, desenvolvimento de habilidades, práticas de atividades físicas, recreativas e construção de novos projetos de vida.

2.1 Vulnerabilidade Social

O conceito de vulnerabilidade social, enfatizado em diversos documentos oficiais, como um conceito importante para o entendimento e o desenvolvimento do trabalho realizado na Proteção Social Básica, é amplo e tem se modificado ao longo da história.

O termo vulnerabilidade social tem sido bastante utilizado para caracterizar populações que, possivelmente, estariam em determinada desvantagem social. Os primeiros estudos abordando a perspectiva da vulnerabilidade social tinham o interesse de adentrar de uma forma geral para além do fenômeno da pobreza, abrangendo outros aspectos da desvantagem social (ABRAMOVAY, et al., 2002).

Monteiro (2012) ressalta ainda que a conceituação do termo ainda permanece em construção, visto sua complexidade e abrangência. Os estudos pela temática tiveram ênfase nos anos 90, quando houve o esgotamento da matriz analítica da pobreza, que naquele tempo se reduzia a questões econômicas. Naquela época, na América Latina, tinha-se a vulnerabilidade como um aspecto característico do contexto social. O cenário de pobreza, desequilíbrios econômicos, concentração de renda, ocasionaram em um aumento da exposição de indivíduos a determinados riscos, tais como violência, desemprego e insegurança alimentar.

Quanto ao conceito da abordagem analítica da vulnerabilidade social, os trabalhos da antropóloga Caroline Moser tiveram grande relevância na América Latina. Em suas pesquisas, havia grande enfoque nos meios de redução da pobreza urbana, bem como se ressaltava a importância dos componentes familiares, indo para além dos bens materiais ou renda que o núcleo familiar possuía (ABRAMOVAY et al., 2002). Para a autora Bronzo (2009), é necessário considerar a distinção dos conceitos de vulnerabilidade e pobreza. Mesmo que muitos considerem que um conceito esteja atrelado ao outro, a autora ressalta que não são necessariamente a mesma coisa. Bronzo aponta que nem todos os indivíduos em situação de vulnerabilidade são pobres – considerando os

parâmetros que avaliam os indicadores de pobreza, assim como nem todos os pobres estão numa condição de vulnerabilidade.

A vulnerabilidade pode ser entendida como falta de acesso a determinados meios essenciais e políticas públicas, por parte do indivíduo, este indivíduo acaba estando em uma condição de desvantagem ao que se refere à falta de recursos financeiros, acesso aos serviços da rede de garantia de direitos, como alimentação, saúde, trabalho, moradia, esporte, e, portanto, oportunidades no âmbito social, econômico, cultural e afins. O indivíduo, acaba estando numa situação de inferioridade perante a sociedade para se desenvolver, interferindo diretamente na sua qualidade de vida e bem estar (MORAIS et al., 2012).

Diante da falta ou escassa disponibilidade de bens materiais, bem como do acesso a determinadas políticas públicas (saúde, lazer, esporte, cultura, educação e afins), indivíduos em situação de vulnerabilidade social tendem a passarem por um risco de exclusão social devido aos fatores provenientes da vulnerabilidade social, causando, portanto, instabilidade social e fragilidades (ABRAMOVAY et al., 2002). Portanto, a vulnerabilidade social poderia ser definida como um resultado desproporcional entre recursos materiais dos indivíduos ou grupos e a aproximação à estrutura de oportunidades existentes, sejam elas econômicas, sociais, culturais que fazem parte da sociedade. Essa relação disfuncional gera consequentemente efeitos negativos na vida desse indivíduo, pois a dificuldade de acesso, a limitada aproximação à estrutura de oportunidades geram desvantagens para o desempenho das funções do indivíduo na sociedade (VIGNOLI, 2001).

Há concepções de que indivíduos em situação de vulnerabilidade social seriam aqueles de família de baixa renda, focos de processos de marginalização e discriminação e dificuldade de acesso a políticas públicas. Nessa concepção, há o entendimento de que não são os indivíduos que são vulneráveis, mas sim a situação que se encontra que os torna vulneráveis perante o resto da sociedade. Em algumas produções mais atuais, tem-se usado o termo “territórios vulneráveis”, dando ênfase, portanto, na noção de vulnerabilidade social para além do campo individual. (REIS et al., 2014). Também é importante pontuar que a falta de acesso não é de caráter pessoal, mas está associada a uma lógica capitalista vigente, produtora de

desigualdades sociais, onde o interesse central pode estar alicerçado em manter o controle sobre os grupos marginalizados, como uma estratégia política (ROMAGNOLI, 2015).

Para Bronzo (2009), a vulnerabilidade pode estar relacionada a dois campos, o primeiro, com a possível exposição ao risco social, o segundo, relaciona-se com os fatores protetivos, ou seja, com as estratégias que a comunidade, família ou indivíduo irão usar para escapar do risco social ou da materialização do risco. Nesse cenário, então, as políticas, serviços e programas são caracterizados como fundamentais para fortalecer a capacidade protetiva do núcleo familiar e da capacidade de resposta desse grupo no intuito de minimizar a vulnerabilidade.

De acordo com Monteiro (2012) compreender o conceito de vulnerabilidade social é extremamente necessário para conseguir analisar o desenvolvimento das políticas sociais. Portanto, a definição do conceito vai para além do exercício acadêmico, nos auxilia a entender os arranjos e desafios que se apresentam nas políticas sociais como forma de estruturar-se de maneira preventiva, protetiva e proativa.

Desta forma, diante das definições aqui apresentadas de diferentes autores e anos, sobre como os estudos referentes ao conceito de vulnerabilidade social têm se desenvolvido, podemos compreender que sua interpretação está intimamente relacionada às noções sobre o contexto cultural e dinâmica social que os indivíduos chamados de vulneráveis estão inseridos.

Portanto, os aspectos aqui levantados do conceito em questão - que se apresenta como um termo em construção - são importantes para auxiliar no desenvolvimento de pesquisas e intervenções com pessoas que estão no momento, em uma condição socialmente vulnerável.

Apesar dos grandes desafios, podemos compreender que as políticas públicas possuem um papel fundamental na articulação de estratégias e intervenções que visem a redução ou mitigação da vulnerabilidade social. Assim, no cenário das políticas públicas, a minimização dos níveis de vulnerabilidade social pode ser trabalhada a partir de estratégias para fortalecer a autonomia dos indivíduos, ampliando seu universo material e simbólico, para além do território onde estes sujeitos estão situados. (MONTEIRO, 2012).

2.2 Vulnerabilidade social e práticas corporais

Segundo os autores Garcia-Castilla e colaboradores (2016), há estudos que indicam que populações socialmente mais vulneráveis possuem maior dificuldade de acesso a práticas esportivas.

Conforme o autor Seabra, há evidências que apontam que para além de aspectos psicológicos (como a motivação) e condições socioculturais (que podemos entender como família e pares) marcadores sociais como (idade, sexo, condição socioeconômica) interferem na diferença populacional na adesão dos hábitos de atividade física em adolescentes. Aparentemente, adolescentes socialmente vulneráveis possuem desvantagens quanto ao acesso e participação em determinadas práticas esportivas (SEABRA et al., 2008). O autor ressalta que, apesar de haver algumas críticas aos resultados das pesquisas, grande parte dos estudos ressalta essa desigualdade social e econômica da participação de determinados adolescentes em atividades físicas. Tais apontamentos podem ter diversas causas e desdobramentos, pois essa diferença de adesão pode estar relacionada ainda a aspectos que não foram explorados no texto do autor, como acesso aos espaços, a distribuição dos locais onde se desenvolvem essas práticas e afins.

É nesse contexto também que a proposta desta pesquisa se fundamentou, entendendo que o desenvolvimento das atividades/oficinas propostas pelo SCFV no CRAS, em especial a oficina de atividade física (práticas corporais), são de extrema relevância, tendo em vista sua amplitude no trabalho com crianças e adolescentes.

Assim como enfatizado por Monteiro, “a política de assistência social, enquanto política pública de proteção social, caracteriza-se como um dos instrumentos de garantia de direitos, condições dignas de vida, emancipação e autonomia” (MONTEIRO, 2012, p. 35). Nesse contexto, podemos propor que o incentivo e organização de práticas corporais fazem parte do conjunto de ações de promoção de uma vida digna e de um desenvolvimento pleno, bem como de direitos como saúde, lazer, cultura e educação.

Se baseando ainda nos estudos do autor Neira (2013), é importante pensarmos nas práticas corporais como meios que viabilizam a construção da linguagem corporal pelos praticantes, além de trabalhar outros aspectos culturais da sociedade.

Nas entrevistas realizadas nesta pesquisa, os adolescentes trouxeram questões diversas sobre as práticas corporais de movimento e o cotidiano no SCFV. Muitos veem o espaço como uma possibilidade de fazer amizades, conhecer outras pessoas, ampliar sua rede de contatos e seus vínculos. Outros veem como um meio de poder sair da rotina de casa. Outros relataram o prazer de estar participando das atividades no SCFV, pois tais atividades proporcionavam felicidade, bom humor, animação e, até mesmo aspectos relacionados a uma avaliação subjetiva, como a autoestima.

Após articulado com o coordenador do CRAS, a primeira observação de campo ocorreu numa sexta-feira no SCFV pela parte da tarde. O dia da semana e o período não foram escolhidos aleatoriamente, mas por ter conhecimento de que neste dia e período as atividades do SCFV eram conduzidas por um professor de Educação Física juntamente com o orientador social. É importante mencionar que todos os dias úteis da semana (segunda-feira à sexta-feira) ocorrem atividades no SCFV, tanto na parte da tarde quanto na parte da manhã, atividades estas como: aula de capoeira, oficina de leitura, atividade física, pintura em tecido, bordado, dentre outras atividades. Na sexta-feira na parte da tarde é o dia específico da oficina de atividade física com o professor de Educação Física.

O meu objetivo, a princípio, seria acompanhar o grupo por um determinado tempo de acordo com meu cronograma até entender que aquelas observações de campo tinham sido relevantes para analisar as vivências desse grupo com a prática de atividade física. Após três encontros, a observação de campo precisou ser interrompida, pois o facilitador de Educação Física que conduzia a oficina no turno da tarde precisou se afastar das atividades por motivos médicos. As outras oficinas continuaram normalmente com a presença de outros facilitadores e orientadores sociais. Isto chama a atenção, pois, conforme a observação realizada, o profissional partilhava de uma perspectiva em que as práticas corporais são fundamentais para a vida das crianças, e planejava cuidadosamente suas atividades. Com seu afastamento temporário,

não houve uma substituição, mostrando uma ideia de descartabilidade dessa ação.

Neste capítulo vimos como se deu a estruturação da política pública de assistência, trazendo e contextualizando os marcos fundamentais da constituição dessa política, ao longo do capítulo nos debruçamos sobre o conceito da vulnerabilidade social, conceito este bastante utilizado em diversas esferas, documentos e orientações técnicas. Nesse ínterim, correlacionamos ainda a adesão do público pertencente a territórios vulneráveis às práticas corporais de movimento. No próximo capítulo, iremos nos aprofundar sobre as práticas corporais dentro do campo da política assistência social.

3 PRÁTICAS CORPORAIS DE MOVIMENTO NO SUAS

Ainda que este trabalho não se debruce em trazer os aspectos específicos da Psicologia do esporte, é de suma importante entendermos o que a associação entre Psicologia do Esporte e Políticas Públicas propõe. Podemos trazer então o que consta nas Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) em políticas públicas de esporte

[...] estar envolvido com Psicologia do Esporte e Políticas Públicas significa atuar em uma perspectiva transformadora que se utiliza de práticas de atividades físicas e esportivas. O efeito dessa conquista se desdobrará na luta constante, dentro dos espaços formativos e esportivos, pela conquista da igualdade de direitos. Contribuirá para uma formação humana cidadã, garantindo espaços de fala como exercício de liberdade e valorização do coletivo (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019, p.88.).

Como forma de contextualizar o surgimento da psicologia do esporte, a autora Pereira (2019, p. 33), sistematiza que

A psicologia do esporte surgiu há várias décadas como uma especialidade da psicologia no geral e se desenvolveu conjuntamente com outros saberes disciplinares como especialidade de uma área maior, constituindo as chamadas ciências do esporte.

Ainda é importante ressaltar a Psicologia do Esporte como ciência cujo interesse é o estudo do ser humano que esteja envolvido com a prática do esporte, atividade física e esportiva seja ela competitiva ou não. Mesmo que para muitos a psicologia do esporte trabalhe na perspectiva somente do alto rendimento e afins (RUBIO & CAMILO, 2019).

A autora Rubio (2007) complementa ainda que, se considerarmos as práticas corporais de movimento para além do campo competitivo, podemos dizer que o público alvo é caracterizado por indivíduos ou coletivos que possuem este hábito e com objetivos diversificados, como por exemplo, melhora na saúde, lazer, dentre outras finalidades.

Diante disso, podemos afirmar que a Psicologia do Esporte não se limita somente aos esportes e atividades de alto rendimento e competitivos, podemos observar, portanto, o seu papel assim como consta nas referências técnicas: “A Psicologia do Esporte contribui para a cultura corporal de movimento em suas diferentes vertentes como o lazer, a atividade física, a iniciação esportiva, a

educação, a promoção de saúde física e mental, individual e coletiva, a reabilitação...” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019, p.66).

O esporte é considerado um dos principais fenômenos do ponto de vista mundial. Tal popularidade pode ser justificada por diversos fatores, como o seu poder de alcance e transformação na sociedade. Assim, o esporte se destaca ainda pela sua capacidade de mobilização e formação da juventude, tendo diversas funcionalidades como o desenvolvimento de capacidades específicas (RUBIO, 2008).

Silva (2007) reflete em seu estudo, sobre a amplitude do esporte

A dimensão cultural do esporte e da atividade física em geral como atividade de autoexpressão, seus benefícios para a saúde e para a formação da personalidade, na sua capacidade de aglutinar pessoas e promover a cooperação, são características largamente reconhecidas que orientam [...] a política e oferta da atividade de lazer e de muitas instituições de caráter público social (SILVA, 2007, p.133).

Tal afirmação nos permite compreender a dimensão das práticas corporais de movimento na sociedade no geral e, especificamente no trabalho com o público infanto-juvenil.

Ressalta-se ainda a valorização atribuída ao esporte, segundo a autora (PEREIRA, 2019, p.34):

Como fenômeno social de massa, veículo de grandes somas de dinheiro, status, de espetáculo efeito de idealização de heróis, o esporte vem adquirindo cada vez mais importância no mundo globalizado.

Rubio (2008) enfatiza sobre a garantia do direito e acesso a oportunidades, entendendo que:

Cada indivíduo, assim como cada geração, tem direito a oportunidades que lhes permitam fazer o melhor uso de suas capacidades potenciais. A forma como essas oportunidades são de fato aproveitadas tem relação com as escolhas pessoais, mas é fundamental que indivíduos e populações tenham a possibilidade de escolhas agora e no futuro (RUBIO, 2008, p.21).

Em se tratando das Políticas Públicas do Esporte, é notório observar o papel fundamental do esporte como agente transformador e também o seu

alcance na sociedade. As práticas esportivas ganharam visibilidade e reconhecimento como agente social desde a década de 60 (MAIA, 2021).

Com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, levantou-se um debate acerca da direção que o esporte tomaria com o seu reordenamento e a sua relação com o Estado. De um lado, estavam as áreas ligadas ao alto rendimento, e do outro lado estavam os setores que defendiam a fixação do esporte como um direito de cidadania, sendo reforçada também a participação do Estado na articulação para democratizar tal prática por intermédio das políticas públicas. Apesar da pouca representativa que este último grupo teve, estabeleceu ao Estado o dever de fomentar as práticas esportivas (PASSOS, 2017). Sendo fixado na Constituição Federal de 88 da seguinte forma

Art. 217 – É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados: I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento; II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; III – o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional; IV – a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional. § 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei. § 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final. (BRASIL, 1988, p.134).

O esporte, bem como outras práticas corporais de movimento, ganharam espaço no rol dos direitos sociais, sendo incorporado nas diversas Políticas Públicas: Esporte, Educação, Saúde, Assistência social e afim. Entretanto, apesar da ênfase e também do aumento do volume de pesquisas interessadas em aprofundar no tema, percebe-se que poucas foram as iniciativas no âmbito público de estruturar projetos do qual o escopo central fosse viabilizar o acesso ao esporte e outras práticas corporais de movimento, tendo eles o seu caráter de direito social (BONALUME, 2011).

Ainda sobre os marcos legais do reconhecimento do esporte como um direito social, é importante falarmos da criação da Política Nacional de Esporte no primeiro mandato do presidente Lula. A partir disso, houve certa mobilização para estruturação de políticas sociais do esporte no Brasil, sendo os principais

programas: Programa Segundo Tempo e Programa Esporte e Lazer na Cidade, referências desse novo ordenamento (PASSOS, 2018).

Mesmo assim, ainda quando se tem tal investimento, normalmente há uma prevalência de fomentar programas/projetos de governo direcionados para o alto rendimento, portanto, as ações dentro das políticas públicas de assistência social e afins, não seriam vistas como prioritárias,. Quanto às políticas de Estado, poucas são as ações, mesmo sendo “dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais”, como consta na nossa Constituição (BRASIL, 1988).

Assim, apesar dos avanços e do reconhecimento que o esporte tem como sendo uma atividade essencial pelos seus fatores benéficos, bem como seu alcance nas diversas camadas da sociedade, tendo sua importância científica reconhecida pela Constituição de 1988, como direito do cidadão (NÓBREGA, et al., 2020). Sendo reconhecidas ainda pelo artigo 31 da Convenção sobre os Direitos da Criança no ano de 1990, o direito ao divertimento e às atividades recreativas, bem como à livre participação na vida cultural e artística (BRASIL, 1990). Percebe-se que em se tratando de Políticas Públicas, tais atividades, incluindo aqui as práticas corporais e o esporte, não são vistos como políticas prioritárias e no campo do direito do indivíduo.

De acordo com os autores Athayde (2011) e Passos (2017), boa parte da população brasileira não reconhece o esporte como direito – social ou individual. Acrescentam ainda que o esporte ocupa um lugar secundário, sendo sua valorização relacionada a fatores econômicos ou ideológicos. Assim, podemos ainda incluir o caráter midiático do esporte, sendo também seu alcance associado a este aspecto e não como uma política pública.

Na perspectiva dos autores Alves, Magalhães, Severino (2018) é importante reconhecer que o esporte e o lazer aparecem como pilar importante no desenvolvimento e configuração do ser humano, entretanto, pensar o esporte como Política Pública com condições adequadas para sua garantia é algo que ainda está em estruturação.

Por isso, é prioritária a articulação de outras Políticas Públicas, compreendendo que o esporte não pode estar desassociado de outras políticas públicas que trabalham no âmbito biopsicossocial, tais como educação, saúde e trabalho.

Outro ponto que se torna eixo importante para nossa reflexão quando se trata das políticas públicas de práticas corporais para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social é a desigualdade de distribuição de instituições e espaços de oferta de atividades culturais, esportivas e de lazer.

Os autores Alves, Magalhães, Severino (2018) refletem que nos bairros periféricos podem-se observar muitas das vezes condições precárias de infraestrutura e oferta de atividades, já em bairros centralizados, na grande maioria é possível observar espaços esportivos disponíveis para a população, como quadras de tênis, pista de skate, dentre outros, em boas condições, e isso de certa forma reflete na adesão dessas crianças e adolescentes. É importante pensar a prática corporal de movimento como atividade que possa propiciar oportunidades para a formação do jovem crítico, consciente de sua realidade.

Desta forma, é de suma importância compreender e reconhecer os fatores e elementos que estiveram presentes na construção social da efetivação do contexto esportivo, bem como compreender a base da sua construção histórica como da relação entre indivíduo e sociedade. (PEREIRA, 2019).

É imprescindível reconhecer que houve um aumento das práticas corporais de movimento pela população, entretanto, apesar do aumento, reconhecemos que essa ampliação se encontra muito abaixo de um modo geral comparando-se com os países de capitalismo emergente, de cunho periférico, como é o caso do Brasil (PASSOS, 2017).

Os autores Nóbrega e colaboradores (2020) relatam que adolescentes em contextos de vulnerabilidade social estão consequentemente mais propensos a situações de riscos sociais como: violência, exploração, relações conflituosas, entre outras. Assim, é importante pensarmos qual papel que as atividades aqui citadas visam ocupar no cenário do público infanto-juvenil em situação de vulnerabilidade social que frequentam os espaços da política de assistência social. Desta forma, no próximo capítulo irei me debruçar sobre as experiências de adolescentes com essas práticas.

4 O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS E AS PRÁTICAS CORPORAIS DE MOVIMENTO NO SUAS

Conforme mencionado anteriormente, as práticas corporais que se exploraram nesta pesquisa se desenvolvem no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, que, no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, foi criado a partir da resolução Nº 1, de 7 de fevereiro de 2013. Nesta mesma resolução está descrito o público prioritário do SCFV:

Art. 3º Considera-se em situação prioritária para inclusão no SCFV, as crianças, adolescentes e pessoas idosas: I – em situação de isolamento; II – trabalho infantil; III – vivência de violência e, ou negligência; IV – fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos; V – em situação de acolhimento; VI – em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto; VII – egressos de medidas socioeducativas; VIII – situação de abuso e/ou exploração sexual; IX – com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; X – crianças e adolescentes em situação de rua; XI – vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência (BRASIL, 2013, p. 2).

Compreende-se ainda que o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA foi instrumento fundamental para efetivação das diversas políticas públicas voltadas para a infância e adolescência. Sobre a relação do público infanto-juvenil com as práticas desportivas, destacam-se o que o ECA especificou:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao **esporte**, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;
Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: I – ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; II – opinião e expressão; III – crença e culto religioso; IV – **brincar, praticar esportes** e divertir-se (BRASIL, 1990, p.12 e 20, grifo nosso).

Com isso, compreendemos que pela lógica do ECA, bem como de outras normativas que vão ao encontro da reafirmação da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, as práticas desportivas se constituem como direito desse público.

Com a regulamentação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, e um pouco depois em 1993, com a criação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), se possibilitou uma nova visão na consolidação da Assistência Social como Política Pública, esta que visa garantir a Proteção Social a todos que dela necessitarem (ROMAGNOLI, 2012).

Cabe ressaltar que a criação do ECA se deu por uma longa trajetória. Em 1927 tem-se a promulgação do Código de Menores, onde prevalecia uma estrutura higienista de proteção de certos grupos sociais, como também uma visão repressiva e moralista das infâncias e adolescências consideradas incômodas ou perigosas. Nesse contexto, disciplina e repressão eram pilares dessa política (MACÊDO; PESSOA; ALBERTO, 2015).

No contexto da ditadura militar, onde era vigente um caráter repressivo e punitivo, foi criada a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), configurando-se uma política de controle social. Tinha-se a ideia que a criança e o adolescente poderiam ser alvo dos comunistas, tendo esse grupo, portanto, como potencial ameaça (ROMAGNOLI, 2012).

Pode-se considerar que a Constituição de 1988 foi o marco onde fixou a Proteção Social à infância e à adolescência como eixo estruturante de Políticas Públicas. A partir dessa nova configuração, promove-se o entendimento de que a Assistência Social não era caritativa, ajuda e controle da população, mas uma organização pública pautada na noção de garantia de direitos. Isto implica em uma nova estruturação do que estava sendo trabalhado até o momento (MACÊDO et al., 2015).

Assim, compreendemos que a efetivação das atividades e oficinas realizadas no SCFV se tornam também um meio de efetivar as garantias que estão preconizadas no ECA. Tais práticas ainda dialogam com a lógica de que os ciclos da vida familiar tem estreita ligação com o nosso desenvolvimento biopsicossocial, portanto, seu foco de interesse são as atividades de convivência, socialização, no intuito de fortalecer vínculos e prevenir ocorrências que exponham os indivíduos em risco social e exclusão (BRASIL, 2013).

Uma pesquisa realizada por Bezerra (2018), onde a própria equipe do SCFV descreve o trabalho realizado pelo profissional de educação física no SCFV, trouxe como dados que, para a equipe que compõe o SCFV, o

profissional de educação física no desenvolvimento do seu trabalho com o grupo de crianças e adolescentes auxiliaria para a melhoria da saúde, qualidade de vida, na formação socioeducativa do sujeito, atuando na melhoria na comunicação e criatividade e também na convivência social e aspectos relacionados à autoestima.

Assim sendo, incluídos nas atividades que podem ser ofertadas pelo SCFV está as práticas corporais, lazer e cultura, para que dentro das possibilidades das oficinas possam-se trabalhar as potencialidades desses indivíduos por meio das práticas corporais. Nas descrições etnográficas que serão trazidas aqui, podemos observar como tem sido empregado na prática do cotidiano do SCFV essas atividades com as crianças e adolescentes. Como já foi descrito, as práticas corporais de movimento são utilizadas como instrumento para trabalhar habilidades sociais e o desenvolvimento desse adolescente. A seguir, apresentarei trechos das observações que realizei no campo.

4.1 Práticas corporais desenvolvidas no SCFV: objetivos, tensões, potências

No primeiro encontro da observação etnográfica, foi também o dia em que eu conheci o professor de educação física. Antes de fazer a descrição desse primeiro encontro, acho importante enfatizar minha surpresa e também satisfação em saber que essas crianças e adolescentes tinham a oportunidade de serem acompanhados semanalmente no CRAS por um professor de educação física, pois, na minha experiência profissional e de pesquisa, tal prática não se apresenta como característica comum nos SCFV de outros municípios dos quais eu tive acesso e informação.

Neste dia estavam participando das atividades onze crianças e adolescentes. Antes do professor de Educação Física chegar, os meninos, por livre e espontânea vontade, estavam brincando de pular corda e as meninas estavam ensaiando uma apresentação no coral que ocorreria nos próximos

dias, sempre acompanhados do orientador social². O coordenador neste primeiro momento foi me apresentando os espaços e também aos funcionários que ali estavam presentes, sendo muito receptivo e agradável.

Após a chegada do professor de educação física, me apresentei enquanto pesquisadora e também trabalhadora do SUAS, expliquei a trajetória da minha pesquisa, bem como a finalidade das observações de campo que estaria fazendo. O professor se mostrou muito receptivo, expôs sobre a dinâmica do trabalho dele, bem como as atividades que ele desenvolvia com as crianças e adolescentes. Caracterizou ainda o modelo de trabalho que ele desenvolve no CRAS, tendo em vista o perfil diversificado das crianças e adolescentes que ali frequentam. Explicou ainda que as atividades que semanalmente ele propõe no SCFV se configuram como atividades recreativas/lúdicas, pois se tornam mais proveitosas para o desenvolvimento e adesão das crianças e adolescentes naquele contexto.

Ele explicou que no momento trabalhava como professor de educação física em todos os CRAS no SCFV do município de Itaperuna. O professor ainda conversou um pouco sobre o perfil das crianças e adolescentes que frequentavam o SCFV, dentro do seu ponto de vista. Relatou que observa que tais crianças e adolescentes possuem certas dificuldades de se expressarem, por este motivo, prioriza atividades que visem trabalhar esses aspectos também. Explicou ainda que o planejamento das atividades – dentro do escopo da atividade física- normalmente é de acordo com as demandas/necessidades que ele observa naquele grupo. Após essa primeira conversa, o professor reuniu as crianças e adolescentes para dar início à atividade do dia. Neste dia, a atividade que o professor realizou com as crianças foi a mímica.

A mímica é uma prática de expressão corporal que possibilita uma melhor compreensão a respeito do próprio corpo e dos movimentos que ele realiza, favorece dessa forma um desenvolvimento dos aspectos corporais no campo interpessoal, intrapessoal, emocional e também da criatividade (CARVALHO; PEREIRA; ANDRADE, 2014). Além disso, o uso de gestos e também das expressões corporais possibilita, do ponto de vista do professor de

² Profissional cujo objetivo é desenvolver atividades socioeducativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e, ou, risco social e pessoal, que contribuam com o fortalecimento da função protetiva da família (BRASIL, 2014).

educação física, o desenvolvimento pleno da criança e do adolescente e também de diferentes formas de expressão de pensamentos, comunicação, e relacionamento em grupo, bem como a atenção e movimentação.

O professor, antes de iniciar a atividade, já tinha relatado a dificuldade observada por ele que algumas das crianças e adolescentes apresentavam, dificuldades estas de expressão, leitura e interpretação do que estava sendo solicitado, e com o desenrolar da atividade, isso foi evidenciado, apesar da maioria das crianças e adolescentes que estavam participando possuírem em média 10 a 14 anos, era perceptível a aparente dificuldade que alguns possuíam para entender o que estava escrito no papel para eles reproduzirem e também a dificuldade de entender que o colega estava tentando reproduzir. O professor ainda enfatizou comigo que os jogos que ele leva são na sua grande maioria de classificação infantil e que sempre, quando há oportunidade, tenta trazer e trabalhar atividades que visem a desenvolvimento de interpretação, concentração atividades psicomotoras e afins, pois, desde que começou a trabalhar com essas crianças e adolescentes, nota essa dificuldade.

Na pausa da atividade de mímica que o professor estava desenvolvendo, fiquei observando o relacionamento do grupo, caracterizado por muita afinidade e também desentendimentos, que podemos considerar comum em crianças e adolescentes que estão nessa fase do desenvolvimento infanto-juvenil. De acordo com a autora Nóbrega e colaboradores (2020), a adolescência pode ser definida como uma fase do desenvolvimento humano caracterizada por mudanças, transformações no âmbito emocional, social e físico, o que pode refletir na modificação do sujeito a respeito das suas concepções, preferências e domínios, assim, pode haver também mudanças bruscas na sua relação com o outro. Não se pode negar que há certo estigma e uma forma generalista de caracterizar o período da adolescência como sendo uma fase marcada por alterações de humor, conflitos, comportamentos de risco e afins; entretanto, deve-se compreender que o período da adolescência esbarra em condições que ultrapassam aspectos cronológicos e biológicas sendo essas condições: sociais, culturais, históricas e psicológicas (MACÊDO et al., 2015).

Nas minhas observações e nos relatos dos profissionais, a relação com o professor e o orientador social acontece de forma dinâmica e fluída. Há em

algumas ocasiões resistência por parte de algumas crianças e adolescentes para realizarem algumas atividades, pois a maioria prefere atividades em que há movimentação mais intensa do corpo, e quando as atividades são mais voltadas para o desenvolvimento da coordenação, concentração, memória e afins, eles perdem um pouco o interesse. Portanto, é notório que há uma prevalência por atividades mais dinâmicas e sempre que essas atividades não são passadas pelo professor, as próprias crianças e adolescentes solicitam, como foi feito neste dia.

No segundo momento daquele dia, eles pediram permissão ao professor para realizarem a prática do jogo queimada. A queimada pode ser caracterizada por ser um jogo simples quanto ao seu objetivo: atingir o seu adversário com a bola e conseguir não ser atingido pelas bolas adversárias. Quanto ao espaço para o desenvolvimento do jogo, normalmente é um espaço retangular, sendo dividido em duas partes do mesmo tamanho, essa divisão ocorre por uma linha traçada ao meio. Há ainda a área no fundo onde ficam os jogadores que foram queimados. As regras não são cristalizadas, podendo haver alterações dependendo da região que se joga e se forem combinadas com os participantes. A finalidade do jogo é conseguir atingir o máximo de jogadores do time oposto, neste sentido, ganha a partida o time que conseguir queimar todos os seus adversários (CONTI, 2005). O desenvolvimento do jogo da queimada pode propiciar nos participantes a interação e cooperação entre os praticantes, além disso, trabalha os aspectos envolvendo o raciocínio rápido, agilidade, concentração, coordenação, dentre diversos outros aspectos por ser um jogo altamente dinâmico e bastante movimentado. Neste dia, o jogo aconteceu de forma dinâmica e divertida.

Após o jogo, findaram-se as atividades deste dia. Já no primeiro dia, percebi que a relação entre o professor, crianças/adolescentes e orientador social vai muito além das atividades ali desenvolvidas. Há momentos de conselhos, cuidados, orientações aos hábitos de higiene, escuta atenta sobre as demandas apresentadas por ele e afins. Percebi que era um grupo com bastante afinidade.

No segundo encontro observado, participaram onze crianças e adolescentes. Neste dia, o professor de educação física reuniu as crianças e os adolescentes em algumas mesas que tinham dispostas no SCFV e explicou

para eles que na atividade do dia seria trabalhado a coordenação motora fina. No momento deu exemplos práticos para as crianças e adolescentes de como a coordenação motora fina estaria ligada nas nossas atividades diárias. Com as mãos sobre as mesas, ele passou atividades onde explorava os movimentos das mãos daquelas crianças e adolescentes.

Como visto no primeiro encontro, muitos se recusaram a participar relatando ser uma atividade “chata” e repetitiva. Insistiam com o professor que queriam jogar bola, queimada ou outras atividades mais dinâmicas. Mesmo com a resistência, o professor conseguiu conduzir a atividade e no seu desenvolvimento, explicou para o grupo que o aprimoramento da coordenação motora fina estaria ligado também no bom desenvolvimento das práticas mais dinâmicas – do qual tem prevalência por eles.

Neste dia, quando o professor deu uma pausa nas atividades e enquanto eu estava ali observando a movimentação daquele ambiente, uma profissional da equipe técnica daquele CRAS me abordou e sabendo que eu era psicóloga, relatou um pouco do comportamento daquele grupo. Em seu relato, explicou que ela, enquanto profissional daquele CRAS, observa que frequentemente aquelas crianças e adolescentes possuem comportamentos que, do seu ponto de vista, não correspondem com a fase infanto-juvenil, reproduzindo falas e gestos não condizentes com a idade daquele grupo, como por exemplo: uso excessivo de palavrões, conversas com ideias consideradas não apropriadas para aquele grupo e a preferência por assistir/ouvir determinados conteúdos impróprios para sua faixa etária.

Naquele momento, após escutar o relato, entendendo que a profissional me confidenciou no intuito de poder intervir junto ao grupo, aproveitei a oportunidade para poder explicar qual era o meu objetivo ali enquanto pesquisadora. Observei que muitos ali, por saberem que sou psicóloga e trabalho também em outra instituição de assistência social daquele município, confundiam o meu papel, achando que eu poderia estar ali fazendo parte da equipe técnica também.

Findando a atividade de coordenação motora, o professor de Educação Física cedeu um tempo para as crianças ensaiarem a quadrilha para festa junina que teria nos próximos dias no SCFV. O grupo estava bastante animado e envolvido com este ensaio. Os que não se interessaram foram assistir ao

filme na sala recreativa. Após a finalização do ensaio, o professor conduziu uma atividade recreativa reconhecida como “me segue ao contrário” onde uma pessoa do grupo é escolhida para conduzir e dar ordens que o grupo deverá seguir sempre ao contrário. É uma atividade bem dinâmica e interativa. Finalizando este dia, o grupo pediu permissão ao professor para brincar de “dança das cadeiras” que é caracterizado por um jogo/brincadeira que envolve um grupo de participantes envolto de cadeiras dispostas, sendo o número de assentos inferior ao número de pessoas participantes. Como de costume, por ser uma atividade dinâmica, o grupo se envolveu bastante.

No terceiro encontro, participaram no SCFV oito crianças e adolescentes. Antes mesmo de dar início às atividades com o grupo, o professor de educação física, bem como os orientadores sociais ali presentes, realizaram uma roda de conversa sobre “direitos e deveres”, contemplando as temáticas sobre valores de vida, respeito ao próximo, sonhos, projetos de vida e profissões. Após esse momento, os orientadores sociais, em diálogo comigo, relataram que na última semana, na atividade de capoeira, houve episódios de desrespeito por parte de alguns alunos para com o professor de capoeira. Pela explicação dos coordenadores, o grupo de adolescentes estava se recusando a participar das atividades, proferindo palavrões, fazendo uso de celulares, ouvindo músicas, atrapalhando assim o professor de capoeira no desenvolvimento da atividade. Pelo relato dos orientadores sociais, o professor de capoeira ficou bastante desapontado com o comportamento do grupo.

Diante disso, como forma de reflexão, a equipe do CRAS/SCFV realizou uma roda de conversa para reforçarem a importância de manter os valores acima citados, além disso, foi designada pelo coordenador do CRAS aos adolescentes que estavam envolvidos no episódio de desrespeito a realização de uma atividade que consistia em pesquisar sobre a história da capoeira e explicar sobre a pesquisa para os outros integrantes do grupo. Alguns dos adolescentes que foram designados para realização da pesquisa ficaram bastante resistentes, alegando que tinham dificuldades para ler, por isso não poderiam explicar para os outros adolescentes, mesmo assim, após certo tempo, eles concluíram a atividade.

Em uma mesa, os adolescentes leram os fundamentos da capoeira e os valores. A capoeira pode ser considerada uma expressão artística que mistura

dança e luta. Como forma de contextualizar a capoeira, trazemos uma definição do seu contexto histórico:

As pesquisas históricas que versam sobre a origem e o desenvolvimento da capoeira caracterizam-na como uma manifestação pluriétnica e, embora prevaleça a tese de que, originalmente, tenha sido uma construção dos negros escravizados no Brasil, ela apresenta, desde os seus primeiros registros (final do século XVIII), um perfil pluriétnico. Graças a sua complexidade, resistiu a décadas de feroz perseguição por parte do poder constituído, para se tornar, nos últimos anos, uma das mais dinâmicas manifestações inseridas no chamado mundo globalizado (FALCÃO, 2004, p.17).

Nesta cena, chama a atenção de que forma as atividades do SCFV são atravessadas pela vulnerabilidade no que tange à escolarização dos adolescentes. Os profissionais provocam, convocando à leitura a partir do acontecido nas interações no serviço. Ao mesmo tempo, é interessante pensar que a capoeira, cultura de resistência negra baseada na tradição oral, não consegue dialogar com os adolescentes nesse momento, que se mostram mais interessados em outros estímulos (PALHARES, 2016). Esse conflito aparece no CRAS e estratégias fazem parte do que é traçado coletivamente pelos profissionais que atuam na política pública.

Após esse momento, o professor de educação física realizou com o grupo uma atividade física que trabalhava o corpo todo, uma atividade funcional, trabalhando a agilidade, concentração, interação e foco. A atividade envolvia a realização de agachamento, corrida e polichinelo. No início houve muito interesse e motivação por parte do grupo, no decorrer e com a repetição de movimento foram perdendo o interesse e daí sugeriram ao professor que realizassem a atividade de pique bandeira, que é uma brincadeira que normalmente é desenvolvida em um espaço retangular, tendo a divisão de duas equipes, o objetivo de cada equipe é recuperar a bandeira que está no território oposto sem ser tocado. A equipe que conseguir concluir a atividade é considerada a vencedora.

Neste dia, enquanto o grupo estava brincando de pique bandeira, o professor, observando um pouco os comportamentos das crianças, relatou que, muitas das vezes, mesmo proporcionando as atividades semanais e com um planejamento diversificado, observa certo desinteresse por parte do grupo que normalmente pedem para trocar a atividade e apresenta resistência para

realizarem algumas, como já fora relatado aqui. Ele apontou que isso pode estar relacionado a diversos fatores como a preferência por jogos eletrônicos e o acesso a conteúdos mais digitais e afins. Mesmo pontuando isso, o professor ressalta a importância que o SCFV proporciona ao grupo e não somente falando da oficina de atividade física, mas, do conjunto de atividades que o CRAS proporciona.

4.1.2 Violência e riscos

Na experiência do professor de Educação Física, que acompanha o grupo há pouco mais de um ano, e ,semanalmente está com essas crianças e adolescentes que carregam, compartilham e elaboram as vivências que possuem dentro desse espaço e também fora dele. Além das oficinas trabalharem diversos aspectos do desenvolvimento biopsicossocial desse público infanto-juvenil, consequentemente minimiza a exposição desse grupo a possíveis riscos sociais como a violência, a captação desses adolescentes para o trabalho e criminalidade, e até mesmo o risco de ser alvo de operações e abordagens policiais, dentre outros. Diante desta fala do professor, podemos refletir acerca dos dados da violência em relação a população jovem.

No Brasil, a violência é uma das principais causas de morte de jovens. Segundo os dados do Atlas da Violência de 2021, a cada 100 jovens de 15 a 19 anos que morreram no país, 39 foram vítimas de mortes causadas por violência letal (ALVES, 2021). Importante ainda ressaltar que, as principais vítimas são compostas por pessoas negras, do sexo masculino e residentes de regiões com baixo índice de desenvolvimento humano ou, como chamamos neste texto, territórios vulneráveis. Referente à capital do estado do Rio de Janeiro, os dados refletem a concentração da alta violência nos jovens pobres, residentes em bairros mais desfavorecidos. Assim, podemos apreender que a violência letal tem seu principal alvo, jovens, moradores de territórios com incidência de vulnerabilidade social (RAMOS, 2011).

Segundo o autor Abramovay (2002), uma marca singular dos jovens de baixa renda nos tempos atuais é a vulnerabilidade à violência. Tal exposição se traduz com os altos índices de morte precoce entre os jovens. A participação em atividades violentas e no tráfico de drogas, e especialmente, os estigmas de

“marginal” “infrator” “vagabundo”, dentre outros, em torno desses jovens, consequentemente os deixam mais vulneráveis a serem vítimas de “balas perdidas”, atos de resistência e repressão, que, normalmente têm seus alvos as estatísticas aqui apresentadas.

Diante de tal realidade, podemos compreender que ser negro, de baixa renda e residir em territórios com grande incidência de violência é estar exposto frequentemente ao risco de perder sua vida. Importante ainda enfatizar que a população negra, em sua grande parcela, tem que lidar cotidianamente com os estigmas e preconceitos já enraizados na nossa sociedade, associando a junção de negritude, pobreza e criminalidade. As discussões em torno desses preconceitos precisam partir do âmbito macro para que haja de fato reflexões e debates sobre tais questões (PINTO, 2018).

A autora Jimena de Garay Hernández, em sua pesquisa com adolescentes considerados em conflito com a lei, reforça o que estamos problematizando aqui sobre os estigmas permeados na população pobre, negra e moradora de comunidades/favelas/periferias. Mesmo que o trabalho da autora tenha sido realizado em outro contexto, retrata também os preconceitos enraizados acerca destes marcadores sociais

Embora o caminho do “envolvimento” nas facções seja uma alternativa diante da desigualdade social, situação que essas instituições-organizações aproveitam muito bem o fato de que a maioria dos jovens do Sistema Socioeducativo seja empobrecido, negro, de baixa escolaridade e morador de favela- entendida como periferia, mesmo localizada dentro dos bairros centrais - não significa que todos os jovens com essas características, nem sequer todos os que estão no Sistema, estejam envolvidos na criminalidade (DE GARAY HERNÁNDEZ, 2018, p 106).

É importante ainda pensarmos a violência como um problema com dimensões históricas, culturais, sociais que atinge diferentes camadas da sociedade. Isto é, ela não é natural, mas construída política e historicamente. Trazer a violência aqui como um fator de risco para os adolescentes em contexto de vulnerabilidade social não quer dizer que a violência só atinge determinado grupo, entretanto, o que buscamos elucidar aqui é que, os jovens moradores de territórios com incidência de vulnerabilidade social são os principais alvos, e tal estatística é atravessado por diversos fatores, sendo

passível ainda de muitos desdobramentos, discussões e reflexões acerca do tema, por tal complexidade (RAMOS, 2011; ABRAMOVAY, 2002).

O filósofo camaronês Achille Mbembe se tornou umas das grandes referências sobre o debate e reflexão acerca das formas de violência onde os principais alvos seriam as populações pobres e minorias raciais (ALMEIDA, 2021). Urge, portanto, trazer a discussão do filósofo em seu texto sobre Necropolítica

Em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar “mundos de morte”, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos-vivos” (MBEMBE, 2018, p.60).

Quando trazemos a violência como fator de risco, inserido num contexto onde discutimos sobre práticas corporais de movimento em adolescentes em contexto de vulnerabilidade social, não queremos ingenuamente sugerir que as práticas seriam suficientes para lidar com as questões aqui abordadas – como já citadas alhures - como pobreza, desigualdade social, criminalidade, dentre outros. Temos ciência dos limites, até mesmo institucionais que tais intervenções são submetidas.

As reflexões aqui apontadas corroboram com as ideias da autora Ramos (2011, p. 53).

Melhoria das escolas, criação de empregos, ampliação de alternativas profissionais, programas de bolsas, iniciativas culturais para fortalecer a imagem do jovem de favela, tudo isso é necessário, mas não basta para reduzir a letalidade provocada pelo envolvimento de adolescentes em grupos armados. É imperioso reduzir a presença dos grupos armados nas favelas, diminuir a presença das armas, das munições, do mando de “donos” que fazem da violência uma cultura, uma regra local, uma lógica interpessoal.

No entanto, é importante pensarmos as práticas corporais como instrumento de complementaridade de outras políticas públicas, como educação, segurança, cultura e lazer, saúde, dentre outras. Desta forma, compreendo que as atividades que são desenvolvidas dentro do CRAS cumpre uma função social, a de viabilizar espaços de reflexão, possibilitando locais que trabalham a autoestima, e estejam preocupados com o bem estar e qualidade

de vida do público infanto-juvenil, reconhecendo esse público como sujeitos potentes e de direitos.

Conforme diálogos com profissionais e adolescentes, as práticas corporais desenvolvidas em um espaço minimamente seguro, é uma contribuição na garantia de direitos desses jovens. Uma das adolescentes entrevistadas pontuou:

E3: Tinha um outro lugar onde eu ia jogar com meus amigos, só que minha mãe não deixava mais, aí ela me proibiu e botou aqui no CRAS pra eu fazer aqui, esse outro lugar era um pouco de risco (14 anos, mulher, branca)

Embora essa adolescente não faça parte do grupo mais atingido pela violência letal e a seletividade penal - isto é, homens negros-, sua fala nos remete às condições de riscos à integridade física que as pessoas que habitam os territórios vulneráveis vivenciam, e como isto afeta a prática de atividades físicas.

4.1.3 Sentidos das práticas corporais na vida das crianças e adolescentes

Em diálogo ainda com o professor de educação física, conversamos um pouco sobre o incentivo às práticas corporais nos municípios do interior, que, ocorre muitas das vezes de forma precarizada seja pela infraestrutura seja pelo acesso. Falamos também sobre o pouco incentivo para que o público infanto-juvenil pertencente a territórios vulnerabilizados pratique as práticas corporais com suporte de qualidade, de forma adequada e com acesso viável. Sobre o incentivo ao esporte, é fácil observar as discrepâncias se compararmos com as metrópoles. Quantos atletas profissionais que vieram dos bairros periféricos e marginalizados do interior você conhece? Fiquei algumas semanas refletindo sobre isso e, infelizmente, me vieram pouquíssimos nomes na memória.

Nas entrevistas realizadas com adolescentes, foram levantadas diversas questões como: relação com as práticas corporais – na pergunta referida como

esporte-, influência para prática de tal, mudanças nas relações familiares, possíveis benefícios, dentre outros.

Na primeira pergunta, ao indagar sobre a relação com o esporte, percebemos que esses adolescentes veem o esporte de diversas perspectivas e significados. Alguns pontuam efeitos no corpo e as sensações corporais produzidas pela atividade física enquanto instrumento recreativo:

E3: É divertido, dá pra aquecer, dá pra **ver o reflexo**... me sinto bem (14 anos/mulher /branca)

E9: Me sinto bem melhor, **estica minha coluna** (pois eu tenho problema na coluna) me sinto bem. (13 anos/mulher /parda).

E14: Sim, porque eu me sinto melhor, eu acho que quando eu não praticava esporte eu ficava **muito cansada** muito rápido e não conseguia fazer as coisas que eu faço hoje. (14 anos/mulher /preta).

E15: Sim, porque quando eu não fazia nada eu ficava em casa, e tipo assim, eu não era acostumada a fazer nada antes de entrar no balé, aí eu comecei a fazer balé eu me sinto muito melhor. (12 anos/mulher /branca).

Outro adolescente se refere ao campo da ascensão dentro do esporte

E2: Vejo o esporte como uma **possibilidade boa**. (13 anos, homem, branco)

Essa possibilidade pode ter várias vertentes, no contexto da entrevista, percebe-se que o sentido atribuído à fala, remete a possibilidade de se tornar um profissional através do esporte.

Outros entrevistados trazem as práticas corporais como um mecanismo de interação social, assim como uma atividade que possibilita o diálogo e o trabalho em equipe:

E4: O esporte significa para mim **trabalho em equipe, diálogo**, fico mais feliz, mais solto com o esporte. (12 anos, homem, pardo)

E1: Me sinto melhor, **fiz mais amizades, me relaciono melhor com as pessoas e também com minha família**. Mudou muita coisa, **minha mãe gosta que eu treine**. (13 anos/homem /preto).

E4: Porque praticando o esporte **tenho uma chance de sair de casa**, pois antes eu não saía. (12 anos/homem /pardo).

E12: Sim, porque quando eu não praticava esporte eu me sentia sozinha, triste, sem fazer nada e quando eu comecei a

praticar esporte eu **me alegrei** mais um pouco, **não fiquei sozinha** e nem chateada. (12 anos/ mulher /parda).

Assim, podemos observar, de acordo com as falas, que a realização das práticas corporais de movimento, possibilitaram para alguns a ampliação das suas relações sociais com outros adolescentes, novas amizades, uma melhora na sua relação com a família, pois a “mãe gosta e incentiva que participe”, portanto, é interessante observar na fala do adolescente E1 a importância da família no incentivo a prática da atividade física.

Os adolescentes apontam para a possibilidade de ampliar o ambiente que frequentam. Podemos analisar isso pela perspectiva do território ao qual esses adolescentes pertencem, pois muitas das vezes não possuem possibilidades de usufruir do espaço público, e as atividades realizadas no SCFV são vistas como ampliação dessas possibilidades e espaços.

Estas falas também nos remetem ao discutido anteriormente sobre as possibilidades de adolescentes de territórios vulnerabilizados ocuparem e circularem na cidade de forma segura e garantindo seus direitos ao esporte, cultura e lazer. A falta de acesso a espaços culturais e esportivos implica um isolamento. Em territórios vulneráveis, em que as famílias trabalham muitas horas e a rua implica riscos de vida, quais são as possibilidades de sociabilidade para além da escola? Com estas falas, observamos que os adolescentes, através das práticas corporais oferecidas nas unidades de assistência social, conseguem conhecer pessoas, exercitar o diálogo, o que produz sentimentos positivos.

Vemos ainda outros elementos nas falas:

E12: Significa pra mim exercício... **cultura**... acho que é isso (12 anos, mulher, /parda)

E13: É uma relação boa, o esporte significa para mim **educação**, um **aprendizado** (15 anos/mulher /parda)

Interessante pensar que esses adolescentes enxergam as práticas corporais como pertencentes ao campo da cultura, educação e aprendizado, relacionando tais práticas como algo interdisciplinar e de acesso a direitos.

Apesar de não se aprofundarem nas afirmativas, é possível vislumbrar que na concepção deles, essas práticas têm relação com outras políticas públicas.

Mais um elemento aparece:

E7: Sim, **antes eu era zoadado por não saber praticar nenhum esporte**, sempre perdia, agora estou melhorando, falam que sou bom. (16 anos/homem /preto).

Nesse trecho, observamos um atravessamento de sexo, tendo em vista que, possivelmente no caso de meninas, não seriam zoadas por não saberem praticar o esporte. O desempenho nas práticas corporais ganha grande valor na construção da masculinidade, que passa por um ponto nevrálgico na adolescência. O esporte é legitimado como uma área com forte relação com o ideal de masculinidade. Segundo os autores Brito e Santos (2013), as práticas corporais se apropriam de papéis sociais onde os meninos tornam-se homens por meio de características como de virilidade, rivalidade, força física e masculinidade, tais papéis são impostos culturalmente pela sociedade.

Podemos assim, compreender que, no decorrer do capítulo, com as experiências aqui trazidas e exploradas através da observação de campo e também através das entrevistas, que as atividades desenvolvidas no SCFV possibilitaram diversas discussões que atravessam diferentes temáticas dentro do próprio campo das políticas públicas. Compreendemos também que a garantia das atividades/ oficiais dentro do SCFV é também uma efetivação de um direito da juventude, e que muita das vezes, a oferta e efetivação desse direito é precarizado. A observação junto ao grupo e contato com os profissionais que trabalham com o grupo, viabilizaram grandes reflexões de como as práticas corporais de movimento estão intimamente ligadas com outras políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou refletir e levantar discussões que dialogassem com o campo da Psicologia, Assistência Social, Esporte e Políticas Públicas. Há de se compreender que perpassam no decorrer da pesquisa diversas questões que fizeram com o que ajustássemos um pouco a forma de conduzir tal estudo. Frisam-se também as limitações inerentes ao próprio campo de pesquisa: as singularidades, dificuldades e complexidades de se debruçar sobre os estudos que envolvem o público infanto-juvenil e políticas públicas. Mesmo assim, tais questões nos instigaram para o desenvolvimento da pesquisa, afetadas intimamente pelo grande interesse pelo tema.

Cabe pontuar também que, o interesse pelo desenvolvimento da pesquisa no campo das políticas públicas se fortaleceu também pelo contexto de algumas produções sobre as temáticas encontradas até então. Observamos que, algumas das pesquisas encontradas, quando envolviam práticas corporais, crianças e adolescentes pertencentes a territórios vulneráveis, investigavam mais essa articulação em projetos sociais, do terceiro setor. Apesar disso, e tendo ciência da importância dos projetos sociais – terceiro setor- a proposta deste trabalho se debruçou em trazer informações das condições específicas de como tem se desenvolvido as práticas corporais de movimento dentro do CRAS de um município do interior do estado do Rio de Janeiro e, assim, discutir como o trabalho tem sido desenvolvido dentro dessa política pública, especificamente a Política de Assistência Social, bem como explorar as experiências dessas crianças e adolescentes que são pertencentes destes territórios que diariamente tem a vivência com as práticas corporais.

Nesse sentido, podemos observar que as práticas corporais de movimento trabalhadas no campo da Assistência Social, dos aspectos aqui ressaltados e o valioso material, vivências e experiências adquiridas, e ainda, já ser um trabalho consolidado neste município, verifica-se que não é a realidade ainda de boa parte dos municípios vizinhos. Portanto, as experiências, reflexões aqui trazidas poderão servir como inspiração para implantação e/ou um olhar mais atento dos gestores que têm a possibilidade de implantar tais atividades/oficiais

no cotidiano do trabalho com crianças e adolescentes pertencentes a territórios vulneráveis.

Esta pesquisa se desenvolveu através de entrevistas estruturadas realizadas com adolescentes usuários de CRAS, bem como da observação de campo das atividades que envolvem práticas corporais em um CRAS, tendo a inspiração na etnografia. A junção dessas duas metodologias possibilitou ampliar as reflexões sobre as questões aqui trabalhadas.

Apesar dos limites do próprio campo de pesquisa e do curto período de acompanhamento com o grupo, pudemos acompanhar e vivenciar os modos e a forma como as práticas corporais são percebidas pelo grupo. Como pontuado no decorrer do texto, as práticas evocaram grandes temáticas como: autoestima, saúde, educação, aprendizado, cultura, nos permitindo a compreensão de que tanto profissionais das unidades como adolescentes veem as práticas corporais de diversas perspectivas e também como um campo interdisciplinar.

Foi possível também, de acordo com as observações e as entrevistas, entender que as práticas corporais possibilitaram novas amizades, a interação social e a ampliação do seu território. Igualmente, eles percebem efeitos no âmbito emocional, sendo as práticas corporais um meio para que esses adolescentes se sintam melhores, alegres e menos sozinhos.

Não podemos afirmar que o uso das práticas corporais de movimento nesses espaços pode transformar radicalmente fenômenos sociais como a vulnerabilidade social, riscos sociais e violência. Entretanto, podemos destacar que a pesquisa nos ofereceu enriquecedoras trocas ao acompanhar e vivenciar o trabalho que é realizado nesses espaços com o foco no desenvolvimento das potencialidades, habilidades e interação social dos adolescentes. Conforme a perspectiva de profissionais e adolescentes, as atividades desenvolvidas constituem como um local de trocas de experiências, acolhida e reconhecimento da criança e do adolescente como sujeito de direitos, aspectos estes que ultrapassam os muros institucionais e formalidades dentro do serviço público.

Nisso, torna-se motivador observar o que essas práticas corporais têm a contribuir para com as minorias e populações marginalizadas. No entanto, devemos ter o entendimento que um elemento só é insuficiente para se mudar

uma realidade/contexto. Muitos reforçam as práticas corporais de movimento como um fenômeno capaz de combater as diversas questões sociais presentes em territórios às margens da sociedade de forma isolada, e ainda o trazem com cunho salvacionista, sendo muitas das vezes atribuídos às essas práticas “poderes” de afastar crianças e adolescentes em vulnerabilidade social de associar-se a criminalidade, drogadição e outros conflitos sociais (PASSOS, 2018). A autora Bonalume (2011) sinaliza o caráter redentor com o qual o esporte e o lazer são tratados. Sobre isso, a autora enfatiza que nem o esporte e nem as outras práticas corporais de movimento podem minimizar questões sociais como violência, sedentarismo, mas sim, um conjunto de políticas e direitos sociais. Assim, esse compromisso e responsabilidade precisam partir principalmente das políticas de estado.

Desta forma, este estudo buscou trabalhar as práticas corporais de movimento como parte de um conjunto de políticas públicas e não na perspectiva isolada. Em outras palavras, apesar de afirmarmos as práticas corporais como um direito que deve ser garantido e considerado prioritário, compreendemos a necessidade de uma interlocução permanente com outros direitos no campo das Políticas Públicas. Afirmamos também a necessidade do diálogo entre profissionais, na tentativa de realizar um trabalho interdisciplinar, visando contribuir para o desenvolvimento biopsicossocial dessas crianças e adolescentes.

Devemos ainda trabalhar para que essas políticas sociais voltadas para o esporte e outras práticas corporais não se tornem um discurso de disciplinamento, visto a tendência de muitos espaços em trabalhar o esporte com enfoque para afastar esses adolescentes das possíveis influências para o uso de drogas, e ainda controle de comportamento violentos. Assim, um dos nossos desafios se debruça na possibilidade de desenvolver políticas públicas voltadas para a temática aqui trabalhada, que de fato estejam interessadas em propiciar tais atividades com qualidade social, fácil acesso e ainda com a possibilidade de reflexão sobre os estigmas de desigualdade, exclusão dentre outros aspectos (BONALUME, 2011). Isto é, o esporte e as práticas corporais não pode ser vistos como uma forma de evitar criminalidade por parte de jovens de territórios vulneráveis, mas como um direito que deve ser garantido a eles, como a todos os adolescentes. Ele não é um antídoto contra a violência

que esses jovens considerados potencialmente perigosos possam praticar, mas uma dimensão de uma vida digna, plena e saudável que eles devem ter assegurada.

Portanto, não se tem aqui a finalidade de trazer as práticas corporais de movimento como únicas responsáveis pelas transformações sociais e colocá-las num patamar de salvador das mazelas sociais. Entende-se também que a problemática da vulnerabilidade social é uma questão complexa, envolvendo diversos setores das políticas públicas, com múltiplos elementos e efeitos.

A inserção de práticas corporais no âmbito da Assistência Social está longe de ser uma saída para as grandes questões que envolvem essas crianças e adolescentes nas Políticas Públicas de Assistência Social, não sendo também um processo linear e simples. Acreditamos nas práticas corporais de movimento entendidas e trabalhadas junto às outras questões sociais presentes nestes territórios. Também sinalizamos que esta temática demanda muito estudo e reflexão para que assim possa continuar a sua articulação de forma satisfatória nas Políticas Públicas de Assistência Social.

Ao longo do presente trabalho, busquei demonstrar que tais áreas do conhecimento podem trabalhar de forma complementar e articulada, visando pensar as práticas corporais de movimento para além dos esportes de alto rendimento.

Assim, trago uma reflexão da autora Seda (2012, p.130).

Percebo que para que mudanças sociais possam ocorrer, e de forma que esses jovens sejam os protagonistas para assim serem mais eficazes, se faz urgente que possam ter um horizonte mais amplo e sonhos outros, alicerçados por uma educação de qualidade e políticas públicas sérias auxiliando na ampliação das relações de solidariedade e construção de uma sociedade mais igualitária.

Nesse sentido, as reflexões aqui apresentadas nos instigam a realizar maiores estudos e debates sobre as temáticas aqui trabalhadas, assim, entendo que esta pesquisa não se esgota aqui, sendo possível e necessária a continuidade de novos estudos que contemplem as áreas aqui abordadas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. 2002. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12799/1379>. Acesso em: 28 fev. 2024.

ADAMI, Vítor Hugo. Etnografias como métodos e dados de pesquisas: as experiências etnográficas que atravessam os movimentos Hare Krishna brasileiro e espanhol. **BLANES. Ruy Llera; CANTÓN, Manuela; CORNEJO, Mónica. Teorías y prácticas emergentes en antropología de la religión. Pps**, p. 21-38, 2008 Disponível em: www.ankulegi.org/wp-content/uploads/2012/03/1002Hugo-Adami.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

ALFARO, Jaime; CASAS, Ferran; LOPEZ, Verónica. Bienestar en la infancia y adolescencia. **Psicoperspectivas**, Valparaíso , v. 14, n. 1, p. 1-5, enero 2015 . Disponível em <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-69242015000100001&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 28 fev. 2024.

ALBERTO, Maria de Fatima Pereira et al. Vivências de Trabalho Precoce de Adolescentes em Medida Socioeducativa. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, p. e252476, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003252476>. Acesso em: 28 fev. 2024.

AFONSO, Lucia. O que faz a psicologia no sistema único da assistência social. **Jornal do Psicólogo**, v. 25, n. 91, p. 14, 2008. Disponível em: [efaidnbmnnnibpcajpcgglefindmkaj/http://www.escolalasalles.com.br/2008/documentos_publica%C3%A7%C3%B5es/Fundamental%20Artigo%20L%C3%B3gica%20Afonso%20JP.pdf](http://www.escolalasalles.com.br/2008/documentos_publica%C3%A7%C3%B5es/Fundamental%20Artigo%20L%C3%B3gica%20Afonso%20JP.pdf). Acesso: 28 fev. 2024.

ALVES, Marcelo Paraíso et al. Lazer e esporte para crianças e adolescentes acolhidos: possibilidades de intervenção social. **Cadernos UniFOA**, v. 6, n. 2 Esp, p. 1-12, 2018. Disponível em: <https://unifoa.emnuvens.com.br/cadernos/article/view/1663>. Acesso em: 28 fev. 2024.

ALVES, Yasmin Caramori; BECKER, Ana Paula Sesti. Prática esportiva e relacionamento familiar: uma revisão da literatura. **Pensando fam.**, Porto Alegre , v. 25, n. 2, p. 31-47, dez. 2021 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2021000200004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 fev. 2024.

ALMEIDA, Luís M.; PEREIRA, Helena P.; FERNANDES, Helder M. Efeitos de diferentes tipos de prática desportiva no bem-estar psicológico de jovens estudantes do ensino profissional. **Revista Iberoamericana de Psicología del Ejercicio y el Deporte**, v. 13, n. 1, p. 15-21, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=311153534001>. Acesso em: 28 fev. 2024.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Necropolítica e neoliberalismo. **Caderno CRH**, v. 34, p. e021023, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.45397>. Acesso em: 28 fev. 2024.

ARANHA, Ágata; TEIXEIRA, Nuno. Relação entre a prática de actividade física e o estado de bem-estar em adolescentes. **Boletim Sociedade Portuguesa de Educação Física**, n. 32, p. 21-30, 2007. Disponível em <https://boletim.spfef.pt/index.php/spfef/article/view/219>. Acesso em: 28 fev. 2024.

ARAUJO DE MORAIS, Normanda; RAFFAELLI, Marcela; KOLLER, Sílvia Helena. Adolescentes em situação de vulnerabilidade social e o continuum risco-proteção. **Avances en Psicología Latinoamericana**, v. 30, n. 1, p. 118-136, 2012. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-47242012000100010&script=sci_arttext. Acesso em: 24 fev. 2024.

ARANTES, Esther Maria de. DOS LIVRES E DOS CATIVOS – BREVES APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA DAS CRIANÇAS NO BRASIL. **Serviço Social em Debate**, [S. l.], v. 5, n. 1, 2022. DOI: 10.36704/ssd.v5i1.6346. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/serv-soc-debate/article/view/6346>. Acesso em: 28 fev. 2024.

ATHAYDE, Pedro Fernando Avalonr. O “lugar do social” na Política de Esporte do Governo Lula. **SER Social**, [S. l.], v. 13, n. 28, p. 184–209, 2011. DOI: 10.26512/ser_social.v13i28.12687. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12687. Acesso em: 28 fev. 2024.

AUGUSTO, Maria. Helena. Oliva. POLÍTICAS PÚBLICAS, POLÍTICAS SOCIAIS E POLÍTICAS DE SAÚDE: algumas questões para reflexão e debate. **Tempo Social**, v. 1, n. 2, p. 105–119, jul. 1989.

BARBOUR, Rosaline. **Grupos focais: coleção pesquisa qualitativa**. Bookman Editora, 2009.

BEZERRA, Ellen Lopes. Educação Física e Assistência Social: o papel e as contribuições do profissional de Educação Física no Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos do município de Maceió-AL. In: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**. 2018. p. 1-10. Disponível em: www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA5_ID11101_17092018000139.pdf Acesso em: 28 fev. 2024.

BICHIR, Renata; SIMONI, Junior, Sergio; PEREIRA, Guilherme. Sistemas nacionais de políticas públicas e seus efeitos na implementação o caso do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3510207/2020>. Acesso em: 8 dez. 2023.

BONALUME, Cláudia Regina. O paradigma da intersetorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer. **LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 14, n. 1, 2011. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/782>. Acesso em: 8 dez. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 1, de 21 de fevereiro de 2013**. Brasília: CNAS/MDS, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas sobre o PAIF**. v. 1. Brasília, DF: MDS, 2012. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_1.pdf. Acesso em: 8 dez. 2023

BRASIL. Decreto nº 99.710, de 21 de novembro 1990. **Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança**. Diário Oficial da União. Brasília. 21 de novembro de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**. Brasília, DF: MDS, 2005. Disponível em: http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2019/07/PNAS_2004.pdf. Acesso em: 8 DEZ. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRITO, Leandro Teófilo de; SANTOS, Mônica Pereira dos. Masculinidades na Educação Física escolar: um estudo sobre os processos de inclusão/exclusão. **Revista brasileira de educação física e esporte**, v. 27, p. 235-246, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1807-55092013000200008>. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRONZO, Carla et al. Vulnerabilidade, empoderamento e metodologias centradas na família: conexões e uma experiência para reflexão. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2009.

BRUEL, Maria Rita. Função social do esporte. **Motrivivência**, [S. l.], n. 2, p. 108–111, 1989. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/19978>. Acesso em: 28 fev. 2024.

CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: balanço do debate e proposições analíticas. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 17, p. 360-378, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2017.2.25925>. Acesso em: 28 fev. 2024.

CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. Efeitos de movimentos sociais no ciclo de políticas públicas. **Caderno CRH**, v. 34, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.33276>. Acesso em: 28 fev. 2024.

CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ). **Edital de abertura** DGCCENTRO/REIT/IFFLU N° 29, de 2 de junho de 2023. Que dispõe sobre o Processo Seletivo para o Programa de Assistência Estudantil do IFFluminense campus Campos-Centro - Ano Letivo 2023. (n.d.).

CONTI, Luana Cristine Franzini de. **Prática e consciência das regras no jogo de Bola Queimada**: contribuições para a educação física. 2015. 195 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasil). **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em políticas públicas de esporte** / Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia e Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. — 1. ed. — Brasília : CFP, 2019. 123.

DE CARVALHO, Danielle Fernanda Soares; PEREIRA, Silva Elaine; ANDRADE, Silva Phillipy Silva. CORPO EM CENA. MÍMICA E SUA RELAÇÃO COM A CORPOREIDADE. Disponível em: www.psicologia.pt/artigos/textos/A0831.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

PINHEIRO, Bruno de Oliveira; ANDRADE, André Luiz Monezi; MICHELI, Denise De. Relação entre os níveis de atividade física e qualidade de vida no uso de drogas em adolescentes. **SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (Edição em Português)**, São Paulo, Brasil, v. 12, n. 3, p. 178–187, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/smad/article/view/120790>. Acesso em: 8 dez. 2023.

DO DOCUMENTO, COMISSÃO DE ELABORAÇÃO. **REFERÊNCIAS TÉCNICAS PARA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGAS (OS) EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE**. 2019.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. da. Etnografia: Saberes e Práticas. **ILUMINURAS**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, 2008. DOI: 10.22456/1984-1191.9301. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/9301>. Acesso em: 28 fev. 2024.

FALCÃO, José Luiz Cirqueira. **O jogo da capoeira em jogo e a construção da práxis capoeirana**. 2004. 408 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação da UFBA. Salvador, 2004.

FEFFERMANN, Marisa. O jovem/adolescente “trabalhador” do tráfico de drogas. **Cadernos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo**, p. 137, 2018 Disponível em:

www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2006/Cad-Def-Pub-SP_n.15.pdf. Acesso em: 28 de fev. 2024.

FERNÁNDEZ-GARCÍA, A., POZA-VILCHES, M. F. & FIORUCCI, M. (2015). Análisis Metateórico sobre el Ocio de la juventud con problemas sociales. **Pedagogía Social. Revista universitaria**, (25), 119-141. Disponível em: <efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://gredos.usal.es/bitstream/handle/10366/140135/38029-118937-1-PB.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 de fev. 2024

GARCÍA-CASTILLA, Francisco Javier; DE-JUANAS OLIVA, Ángel; LÓPEZ-NOGUERO, Fernando. La práctica de ocio deportivo de los jóvenes en situación de vulnerabilidad. **Revista de Psicología del Deporte**, [S.l.], v. 25, p. 27-32, dec. 2016. ISSN 1988-5636. Disponível em: <<https://www.rpd-online.com/article/view/v25-n4-garcia-castilla-de-et-al>>. Acesso em: 28 de fev. 2024.

HAUDENHUYSE, R. P.; THEEBOOM, M.; COALTER, F. The potential of sports-based social interventions for vulnerable youth: Implications for sport coaches and youth workers. **Journal of youth studies**, v. 15, n. 4, p. 437-454, 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/citedby/10.1080/13676261.2012.663895?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em 8 dez. 2023.

HERNANDEZ, Jimena de Garay. **O Adolescente dobrado**: cartografia feminista de uma unidade masculina do Sistema Socioeducativo do Rio de Janeiro. 2018. 444 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

Histórico: cidades. Disponível

em:<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/itaperuna/panorama>. Acesso em 8 dezembro 2023.

MAIA, Eline Deccache. Esporte e políticas públicas no Brasil. **Esporte e Sociedade**, n. 03, 2021. Disponível em: <http://www.lazer.eefd.ufrj.br/espsoc/>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MARCOS, Cristiane Barros et al. **Estar “de bem com a vida”**: prevenção ao uso de drogas e desenvolvimento de posturas saudáveis com adolescentes. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/117373>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018..

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [MDS]. (2009). **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. (2009). Brasília, DF: Autor.

MONTEIRO, S. R. da R. P. O marco conceitual da vulnerabilidade social. **Sociedade em Debate**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 29-40, 2012. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/695>. Acesso em: 28 fev. 2024.

NEIRA, Marcos Garcia. Cultura corporal de movimento: da Educação Infantil ao Ensino Médio. **Saber em Ação**, p. 143-172, 2013.

NÓBREGA, K. B. G. da; GOMES, M. C. P.; NEGRÃO, R. de O.; SILVA, T. M. de A.; ALBUQUERQUE GUEDES, V. M. A. P. de; SILVA, E. F. S.; AGUIAR, A. C. F. de; ROSAS, M. A. Sport and leisure promoting the mental health of socially vulnerable adolescents. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 13228–13241, 2020. DOI: 10.34119/bjhrv3n5-151. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/17241>. Acesso em: 8 dez. 2023.

PALHARES, Leandro Ribeiro. Capoeira mineira brasileira: uma introdução aos fundamentos históricos da capoeiragem. Diamantina: **UFVJM**, 2016. 113 p. Disponível em: <<http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/1058>>. Acesso em: 01 dez. 2016

PASSOS, Felipe Barbosa. **Análise do esporte na política de assistência social**. 2017. 275 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PINTO, Anna Carolina Cunha. **Da bio à tanatopolítica**: extermínio e seletividade do direito à vida da juventude negra, pobre e periférica da cidade do Rio de Janeiro. 2018. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Faculdade de Direito, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

PEREIRA, Adriana. **Psicologia do Esporte e do Exercício**: Modelos teóricos, pesquisa e intervenção. São Paulo: Passavento, 2020.

RAMOS, Silvia. Trajetórias no tráfico: jovens e violência armada em favelas cariocas. **Trivium**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 41-57, dez. 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912011000200006&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 28 fev. 2024.

REIS, C. DOS. et al.. A produção do conhecimento sobre risco e vulnerabilidade social como sustentação das práticas em políticas públicas. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 31, n. 4, p. 583–593. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/SPQQtsxBFvF7jmLr3NbgTNx/#>. Acesso em: 28 fev 2024.

RICIPUTI, Shaina et al. Staff support promotes engagement in a physical activity-based positive youth development program for youth from low-income

families. **Sport, Exercise, and Performance Psychology**, v. 9, n. 1, p. 45, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/spy0000169>. Acesso em: 28 fev. 2024.

ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. O SUAS e a formação em psicologia: territórios em análise. **ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, v. 2, n. 1, p. 120-132, 2012. Disponível em: <http://periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/683>. Acesso em: 28 fev. 2024.

ROMAGNOLI, Roberta. Carvalho. Psicologia Brasileira e Políticas Públicas: Capturas e Resistências. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 42, n. spe, p. e262850, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003262850>. Acesso em: 28 fev. 2024.

RUBIO, Katia; CAMILO, JA de O. Por quê uma Psicologia Social do Esporte. **Psicologia Social do Esporte. São Paulo: Képos**, p. 9-18, 2019. Disponível em: www.researchgate.net/profile/Katia-Rubio/publication/333486343_Psicologia_Social_do_Esporte/links/5cefecec92851c4dd01ba9e6/Psicologia-Social-do-Esporte.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

RUBIO, Kátia. Da psicologia do esporte que temos à psicologia do esporte que queremos. **Revista brasileira de Psicologia do Esporte**, v. 1, n. 1, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.31501/rbpe.v1i1.9261>. Acesso em: 28 fev. 2024.

RUBIO, Katia. ESPORTE E JUVENTUDE: PRIVILÉGIO OU DIREITO? DE TODOS OU DOS HABILIDOSOS?. **Brenda Espindula (org.)**, p. 11, 2009. Disponível em: < www.researchgate.net/profile/Brenda-Espindula/publication/305774012_Politicas_de_Esporte_para_a_Juventude_contribuicoes_para_o_debate/links/57a0c32708aeef35741b78a1/Politicas-de-Esporte-para-a-Juventude-contribuicoes-para-o-debate.pdf >. Acesso em: 28 fev. 2024.

SEABRA, André F. et al.. Determinantes biológicos e sócio-culturais associados à prática de atividade física de adolescentes. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n. 4, p. 721–736, abr. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2008000400002>. Acesso em: 28 fev. 2024.

SEDA, Daniele Mariano. **POR QUE VOCÊ NÃO OLHA PRA MIM?:** Invisibilidade social de jovens em situação de vulnerabilidade e o futebol como luta por reconhecimento. 2012. 171 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA, Fabio Silvestre da. **Futebol libertário:** um jeito novo de jogar na medida. 2006. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOBRAL, Mirely Eunice et al. Avaliação da qualidade de vida de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. **Revista Brasileira em Promoção da**

Saúde, v. 28, n. 4, p. 568-577, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=40846584013>. Acesso em: 28 fev. 2024.

SOUZA, Mauricio Rodrigues de. Psicologia social e etnografia: histórico e possibilidades de contato. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, p. 389-405, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-370301742013>. Acesso em: 28 fev. 2024.

TORRADO, Pedro et al. Atividade física na adolescência: a importância do apoio e dos níveis de atividade física dos amigos. **Revista iberoamericana de psicología del ejercicio y el deporte**, v. 11, n. 2, p. 297-303, 2016. Disponível em: [efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/file:///C:/Users/Windows/Downloads/Dialnet-AtividadeFisicaNaAdolescencia-5548763%20\(2\).pdf](efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/file:///C:/Users/Windows/Downloads/Dialnet-AtividadeFisicaNaAdolescencia-5548763%20(2).pdf). Acesso em: 28 fev. 2024.

ANEXO A – Comitê de Ética e Pesquisa - Parecer Consubstanciado Do Cep



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Experiências Psicossociais Produzidas pelo Esporte em Adolescentes Socialmente Vulneráveis

Pesquisador: IZABELA ALBINO DE OLIVEIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 60175422.6.0000.5282

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia da UERJ

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.532.453

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de pesquisa de mestrado desenvolvido pelo Instituto de Psicologia da UERJ analisado anteriormente.

Objetivo da Pesquisa:

Investigar as experiências psicossociais da prática esportiva em adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos referentes a ~~desconfortos~~, superados pela garantia de anonimato dos adolescentes. Benefícios referentes a subsídios para elaboração de políticas públicas. Ambos presentes no TCLE.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de importante pesquisa sobre adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Pendências referentes ao TCLE e termo de assentimento atendidas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Ante o exposto, a COEP deliberou pela aprovação deste projeto, visto que não há implicações éticas.

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BLE 3º and. SI 3018
Bairro: Maracanã **CEP:** 20.559-900
UF: RJ **Município:** RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2334-2180 **Fax:** (21)2334-2180 **E-mail:** coep@sr2.uerj.br



Continuação do Parecer: 5.532.453

Considerações Finais a critério do CEP:

Faz-se necessário apresentar Relatório Anual - previsto para julho de 2023. A COEP deverá ser informada de fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo, devendo o pesquisador apresentar justificativa, caso o projeto venha a ser interrompido e/ou os resultados não sejam publicados.

Tendo em vista a legislação vigente, o CEP recomenda ao(à) Pesquisador(a): Comunicar toda e qualquer alteração do projeto e/ou no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, para análise das mudanças; informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa; o comitê de ética solicita a V.S.* que encaminhe a esta comissão relatórios parciais de andamento a cada 06 (seis) meses da pesquisa e, ao término, encaminhe a esta comissão um sumário dos resultados do projeto; os dados individuais de todas as etapas da pesquisa devem ser mantidos em local seguro por 5 anos.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1964991.pdf	02/07/2022 00:39:17		Aceito
Outros	Pendencias_atendidas.docx	02/07/2022 00:38:38	IZABELA ALBINO DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ASSENTIMENTO_menor.pdf	02/07/2022 00:37:30	IZABELA ALBINO DE OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE1_editado.pdf	22/06/2022 21:32:59	IZABELA ALBINO DE OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_detalhado.pdf	22/06/2022 21:32:38	IZABELA ALBINO DE OLIVEIRA	Aceito
Cronograma	5_CRONOGRAMA.pdf	15/06/2022 09:52:44	IZABELA ALBINO DE OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	folha_rosto_assinada.PDF	14/06/2022 21:45:10	IZABELA ALBINO DE OLIVEIRA	Aceito
Declaração de Instituição e	6_autizacao_instituicao.pdf	10/06/2022 15:59:34	IZABELA ALBINO DE OLIVEIRA	Aceito

Endereço: Rua São Francisco Xavier 524, BLE 3ª and. Sl 3018
 Bairro: Maracanã CEP: 20.559-900
 UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
 Telefone: (21)2334-2180 Fax: (21)2334-2180 E-mail: coep@sr2.uerj.br

Página 02 de 03



Continuação do Parecer: 5.532.453

Infraestrutura	6_autizacao_instituicao.pdf	10/06/2022 15:59:34	IZABELA ALBINO DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	4_ROTUIRO_INICIAL.pdf	10/06/2022 15:47:11	IZABELA ALBINO DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	3_Ficha_de_Identificao_Questionrio_Sociodemografico.pdf	10/06/2022 15:46:28	IZABELA ALBINO DE OLIVEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 18 de Julho de 2022

Assinado por:
 ALBA LUCIA CASTELO BRANCO
 (Coordenador(a))

ANEXO B - AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO



Estado do Rio de Janeiro.
Prefeitura Municipal de Itaperuna.
Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.
Rua: Izabel Vieira Martins, N° 131, 1° Andar, Sala 22.
Bairro: Presidente Costa e Silva
Cidade: Itaperuna / Cep: 28300-000
Prédio da Prefeitura Municipal
Telefone: 022 3822 2228
E-mail: suas.itaperuna@gmail.com

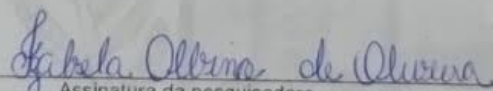
Pesquisadora responsável: Izabela Albino de Oliveira
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Contato (22) 981071116/ (22) 998760278 E-mail: izaaalbino@gmail.com

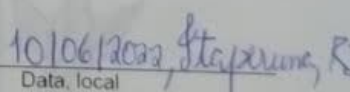
TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL PARA PESQUISA

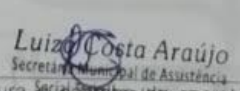
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO.

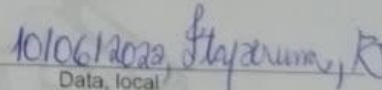
DECLARAÇÃO

Eu, Luiza Costa Araújo secretári(a)o e/ou representante da Secretaria Municipal de Assistência Social Trabalho e Habitação do município de Itaperuna declaro que fui informad(a)o dos objetivos do projeto de pesquisa intitulado **Experiências Psicossociais Produzidas pelo Esporte em Adolescentes Socialmente Vulneráveis**, de autoria de Izabela Albino de Oliveira, discente do Mestrado em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), dando-lhe consentimento para realizar a pesquisa neste município. Declaro também, que não recebi qualquer pagamento por esta autorização bem como os participantes também não receberão qualquer tipo de pagamento.


Assinatura da pesquisadora


Data, local: 10/06/2023, Itaperuna, RJ


Assinatura e/ou representante da Secretaria Municipal de Assistência Social Trabalho e Habitação


Data, local: 10/06/2023, Itaperuna, RJ

ANEXO C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado responsável, o(a) _____ está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Para que ele(a) possa participar, é necessário o assentimento dele(a) e a sua autorização. Por causa disso, a seguir serão apresentados a você informações e _____ esclarecimentos _____ a _____ respeito da proposta do trabalho. Caso concorde com a participação dele (a) assine ao final _____ deste documento que será assinado e rubricado por ambos em todas as páginas nas duas vias. Uma das vias é sua e a outra é do responsável pelo trabalho. Se não desejar participar, vocês não serão penalizados de maneira alguma. Qualquer dúvida você pode esclarecer procurando a pesquisadora responsável.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: **Experiências Psicossociais Produzidas pelo Esporte em Adolescentes Socialmente Vulneráveis.**

Responsável pela pesquisa: **Izabela Albino de Oliveira**

Instituição: **Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social -**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Instituto de Psicologia UERJ -

Rua São Francisco Xavier, 524/10º andar, sala 10.009, bloco F –

Maracanã, Rio de Janeiro, CEP20550-013.

A presente pesquisa objetiva investigar as experiências psicossociais da prática esportiva em adolescentes em situação de vulnerabilidade social. As questões objetivam, _____ exclusivamente, _____ responder _____ o _____ tema anteriormente colocado. Os dados coletados deverão ser utilizados somente para _____ fins acadêmicos, ficando arquivados e disponíveis ao pesquisador responsável por

um período de 05 anos. Fica assegurado ao participante o anonimato e o acesso ao relatório final da pesquisa. Fica garantido também o direito a quaisquer esclarecimentos em relação ao projeto e a possibilidade de desistência a qualquer momento. O estudo não oferece riscos prévios à integridade física e à saúde física e mental, por se tratar de procedimentos não invasivos. Entretanto, não desconsideramos possíveis desconfortos. Por isso, será possível ao participante realizar intervalos entre os procedimentos da pesquisa sempre que sentir necessidade. A qualquer momento, o participante da pesquisa poderá interromper e/ou retirar o consentimento sem qualquer penalidade ou prejuízo., e não haverá nenhum gasto com sua participação. Você não receberá nenhum pagamento com a sua participação. Pretende-se divulgar e publicar os resultados da pesquisa em periódicos e outros meios de divulgação científica, apresentá-los em eventos científicos, visando contribuir com novas análises sobre o tema.Você tem o direito de retirar o consentimento da criança ou adolescente a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade.

Assinatura do Pesquisador: _____

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, _____, concordo com a participação de _____ no presente estudo como participante. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes participação. Foi-me garantido que posso retirar minha autorização a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data: _____ Telefone para contato:(
)_____

Nome:

Assinatura do Responsável do adolescente:

Nome do Pesquisador Responsável: Izabela Albino de Oliveira
Telefone para contato e email: (22) 998760278 / izzaalbino@gmail.com

COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA – CONEP/CEP - Visa
proceder a análise ética de projetos de pesquisa envolvendo seres humanos no
Brasil. Este processo é baseado em uma série de resoluções e normativas
deliberados pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), órgão vinculado ao
Ministério da Saúde. Contato: **SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO
700, 3º andar – Asa Norte CEP: 70719-040, Brasília-DF.**

ANEXO D**ROTEIRO– ENTREVISTA ESTRUTURADA COM ADOLESCENTES**

- 1) Qual é a sua relação com o esporte? O que a prática do esporte/ atividade física significa pra você?
- 2) Quanto tempo pratica? Poderia descrever sua rotina de treinos?
- 3) Já deixou de frequentar alguns ambientes para estar praticando o esporte?
- 4) Foi influenciado por alguém para praticar esporte?
- 5) Percebeu alguma mudança na sua relação com as pessoas e família depois de estar praticando esporte?
- 6) Consegue elencar quais benefícios o esporte te possibilita?
- 7) Se sente melhor praticando esporte? Comparando-se com o tempo em que não praticava

ANEXO E – Transcrição das Entrevistas Discutidas no Texto

Legenda:

E= Entrevistado

E1

Resposta 1: Relação boa... É boa! Não sei explicar, tia. Pratico o esporte há 1 ano. Só pratico esporte aqui. Vejo a prática do esporte como boa, aqui tem muita criança, todo mundo brinca.

Resposta 2: Treino às terças queimada pela tarde.

Resposta 3: Não

Resposta 4: Não, eu mesmo quis

Resposta 5: Não, mesma coisa

Resposta 6: Ter mais amigos

Resposta 7: Me sinto melhor, fiz mais amizades, me relaciono melhor com as pessoas e também com minha família. Mudou muita coisa, minha mãe gosta que eu treine.

E2

Resposta 1: Ah, tia... eu pratico faz mais de 1 ano, eu treino futebol (fora do CRAS), treino queimada aqui... aqui a gente joga há bastante tempo. Bom. Vejo o esporte como uma possibilidade boa.

Resposta 2: Treino há uns dois anos. Os dias que a gente treina são terça e quinta. A gente sempre alonga antes do treino e quase todo sábado a gente tem jogo, tipo um campeonato (fora do CRAS).

Resposta 3: Não... e também não tem lugar que amigo me chama pra ir.

Resposta 4: Eu mesmo quis, e também chamei alguns amigos para treinar também.

Resposta 5: Não percebi mudança

Resposta 6: Me fez ter mais amizades, interagir mais

Resposta 7: Me sinto melhor, bem melhor, eu jogo, eu faço um monte de coisa junto também com os adolescentes que conheci que eu não fazia antes.

E3

Resposta 1: É divertido, dá pra aquecer, dá pra ver o reflexo... me sinto bem.

Resposta 2: Pratico há mais de dois meses. Pratico queimada, futebol e um pouco de vôlei. Temos treino terça que é educação física que ele escolhe o que vamos fazer e quarta que é capoeira, no turno da tarde.

Resposta 3: Muitas vezes. Tinha um outro lugar onde eu ia jogar com meus amigos, só que minha mãe não deixava mais, aí ela me proibiu e botou aqui no CRAS pra eu fazer aqui, esse outro lugar era um pouco de risco.

Resposta 4: Quando eu era criança meu irmão jogava e aí eu queria jogar também.

Resposta 5: Não percebi mudanças

Resposta 6: Me deixa melhor, me ajuda nas tarefas que antes eu ficava cansada, aí eu jogo, me anima, me dá energia, aí eu começo a fazer mais coisas.

Resposta 7: Sim, ele me deixa feliz, pois antes eu era um pouco desanimada, aí eu não conseguia fazer muitas coisas.

E4

Resposta 1: O esporte significa para mim trabalho em equipe, diálogo fico mais feliz, mais solto com o esporte.

Resposta 2: Treino terça futebol e queimada.

Resposta 3: Não

Resposta 4: Não

Resposta 5: Me deixou com mais humor, me deixando mais feliz

Resposta 6: A gente não cansa mais fácil, a gente fica mais rápido, tem mais força.

Resposta 7: Porque praticando o esporte tenho uma chance de sair de casa, pois antes eu não saía.

E5

Resposta 1: A relação que eu tenho é que eu gosto bastante, brincar aqui com meus amigos,, jogar bola, correr, é algo que pode me ajudar no futuro né?! Para controle de doenças.

Resposta 2: Desde os 5 anos, porque lá na minha rua eu brincava bastante, jogava queimada, bola, já fiz judô. Pratico atividade física no CRAS e na escola e às vezes na rua de casa. No CRAS eu pratico quase todos os dias, pois a gente vai pro campo também, mas os dias são terça e quarta dia de educação física e capoeira.

Resposta 3: Eu nunca frequentei esses ambientes.

Resposta 4: Não, eu sempre gostei

Resposta 5: Um pouco, a gente quase não falava, depois comecei a falar mais

Resposta 6: (benefícios) psicologicamente.

Resposta 7: Sim, estou mais rápido do que eu era, mais ativo.

E6

Resposta 1: Pra mim esporte é bom pra deixar a pessoa em forma, é um exercício que eu gosto. Não sei explicar o que significa, eu gosto de praticar muito, não desisto.

Resposta 2: Eu pratico realmente desde os 8 anos. Comecei a seguir treino há 1 ano mais ou menos, os treinos de futebol são de segunda a quarta (fora do CRAS), tem as atividades aqui no CRAS também e vou começar a fazer academia, começar a comer coisa saudável.

Resposta 3: Não me recordo.

Resposta 4: influenciado por amigos. O treinador da escolinha nos incentiva muito, leva para fazer passeios, comer.

Resposta 5: Melhorou bem. As pessoas me elogiam, falam que sou bom. A relação melhorou, eles me chamam pra jogar.

Resposta 6: Pra mim é bom treinar, você soa, você perde calorias. Tem adrenalina. Eu gosto.

Resposta 7: Me sinto bem melhor, pois as pessoas me zoavam porque eu não jogava bola, depois que comecei a participar, a jogar começaram a me elogiar. Depois disso eu comecei a me interessar pelo esporte

E7

Resposta 1: Pra mim é uma coisa muito boa porque exercita o corpo, gosto muito de malhação, caminhada... muito bom, futsal, futebol. Significa coisa boa.

Resposta 2: Eu pratico desde os 8 anos (se não me engano) além das atividades que faço no CRAS eu treino o corpo em casa.

Resposta 3: Não me lembro

Resposta 4: Meus colegas, quando eu morava no morro eles sempre me chamavam pra jogar bola e brincadeiras parecidas.

Resposta 5: Na queimada sim, na relação com meus colegas. Na família mais ou menos, não sei explicar muito bem.

Resposta 6: Se exercitar, colocar o corpo em dia, qualquer tipo de esporte é bom.

Resposta Pergunta 7: Sim, antes eu era zoadado por não saber praticar nenhum esporte, sempre perdia, agora estou melhorando, falam que sou bom.

E8

Resposta 1: Pra mim é algo que utiliza mais pra deixar o corpo em forma, conhecer novas pessoas, mais intimidade

Resposta 2: Não tenho uma rotina certa, mas, além das atividades aqui no CRAS faço de segunda a sábado academia. E o tempo que pratico esporte, não sei exatamente, mas desde que tenho memória.

Resposta 3: Não

Resposta 4: Meus amigos

Resposta 5: Me dá mais autoestima, mais animação para fazer as coisas, percebi isso

Resposta 6: Ajuda a melhorar nosso corpo, me deixa mais disposto a fazer as coisas.

Resposta 7: Eu nunca fiquei sem praticar na verdade, sempre praticava alguma coisa. Então não consigo fazer essa comparação.

E9

Resposta 1: Significa uma coisa muito grande pra mim, gosto muito de jogar bola, queimada, exercitar o corpo. Significa uma coisa muito importante para nossa vida.

Resposta 2: A rotina de treino é toda terça na educação física, aqui no CRAS também toda sexta-feira. Há uns 2 anos, já participei de corrida aqui em Itaperuna.

Resposta 3: Não

Resposta 4: Não, porque assim, desde novinha meu irmão fazia corrida daí eu comecei a fazer também.

Resposta 5: Melhorou um pouco

Resposta 6: Os benefícios é movimentar o corpo, manter a saúde em dia.

Resposta 7: Me sinto bem melhor, estica minha coluna (pois eu tenho problema na coluna) me sinto bem.

E10

Resposta 1: O esporte ajuda a gente a ter mais equilíbrio, nosso corpo... ajuda a gente em um monte de coisa

Resposta 2: Aqui no CRAS eu não venho muito, por ser sexta-feira, mas na escola é toda quinta. Tem mais ou menos 1 ano.

Resposta 3: Não

Resposta 4: Não, fui sozinha mesmo

Resposta 5: Não mudou

Resposta 6: Um monte, fortalecer o corpo...

Resposta 7: Melhora um monte de coisa. Antigamente quando não fazia tinha muita preguiça, agora me sinto mais animada.

E11

Resposta 1: Boa, significa uma coisa boa, exercita nosso corpo, nosso músculo,

Resposta 2: Eu pratico desde pequena, jogo bola. Mais ou menos desde os 5 anos. Faço educação física aqui e no colégio, quarta e sexta no CRAS.

Resposta 3: Não

Pergunta 4: Não, desde pequena fui sozinha.

Resposta 5: Não

Resposta 6: Gasta energia e ganha musculatura

Resposta 7: Sim, desde pequena né... então pra mim é normal.

E12

Resposta 1: Significa pra mim exercício... cultura... acho que é isso.

Resposta 2: Tem bastante tempo que pratico, pratico na escola também. Tem 5 anos mais ou menos. Aqui no CRAS toda segunda, quarta e quinta. Practico capoeira, educação física e muay thai.

Resposta 3: Já... (não soube explicar um momento específico, entretanto afirmou que entendeu a pergunta)

Resposta 4: Não... eu mesmo que quis

Resposta 5: Mudou positivamente, as amizades, o caráter das pessoas... como elas falavam... com a família também melhorou.

Resposta 6: Para se exercitar, para ajudar na saúde...

Resposta 7: Sim, porque quando eu não praticava esporte eu me sentia sozinha, triste, sem fazer nada e quando eu comecei a praticar esporte eu me alegrei mais um pouco, não fiquei sozinha e nem chateada.

E13

Resposta 1: É uma relação boa, o esporte significa pra mim educação, um aprendizado.

Resposta 2: Practico há muito tempo. Há mais de 3 anos. Aqui no CRAS pratico educação física, muay thai e capoeira. Quinta, quarta e segunda.

Resposta 3: Não, nunca fui chamada para ambientes perigosos.

Resposta 4:..Por mim mesma, eu que quis praticar.

Resposta 5: Pra mim não mudou muito, mas mudou um pouquinho, o meu jeito com as amigas, afastei de algumas amizades... com a família tudo normal.

Resposta 6: Me dá força, motiva a ter uma boa alimentação.

Resposta 7: Pra mim não mudou muito coisa porque eu gosto e não gosto de praticar esporte, mas pra mim o esporte me ajudou a melhorar bastante, me sinto feliz em estar praticando ele.

E14

Resposta 1: Ah, é uma relação boa, eu não pratico um esporte assim específico, mas tem dias que a gente pratica muay thai aqui no CRAS, capoeira e educação física, na escola também. Acho que o esporte é uma coisa muito importante porque nosso corpo precisa disso,

Resposta 2: Eu acho que pratico desde bem nova. A minha rotina são três dias da semana que faço. Muay thai, às vezes queimada, futebol, capoeira e educação física.

Resposta 3: Sim, não sei explicar, mas já deixei de frequentar sim (neste momento sinalizou que entendeu a pergunta)

Resposta 4: Sim, pela minha mãe, minha família, pelos meus amigos que praticavam esporte me chamavam para fazer.

Resposta 5: Eu acho que em relação com os meus amigos sim, porque às vezes, tipo assim, eu conversava com a pessoa só num local, daí quando eu comecei a fazer esporte nos lugares onde eles iam, a minha relação com eles mudou, eu acho que tive mais amizade com eles. Em relação com a minha família ficou a mesma coisa.

Resposta 6: Eu acho que é mais disposição, uma vida melhor né, porque quando você está parado, você fica sedentário e não consegue fazer muitas coisas, com o esporte você tem a capacidade de fazer as coisas com mais disposição e mais saúde.

Resposta 7: Sim, porque eu me sinto melhor, eu acho que quando eu não praticava esporte eu ficava muito cansada muito rápido e não conseguia fazer as coisas que eu faço hoje.

E15

Resposta 1: Tipo assim, é bom mas eu não faço muito esporte por causa do meu problema de coração, não aguento muito correr.

Resposta 2: Eu pratico esporte desde os meus 6 anos, aí eu pratico mais queimada, vôlei, futebol ... só.

Resposta 3: Sim (não soube explicar)

Resposta 4: Sim, eu comecei com meu irmão mais velho

Resposta 5: Eu acho que não mudou não

Resposta 6: O esporte me deixa um pouquinho mais calma, porque eu sou muito nervosa, eu acho uma sensação muito boa porque melhora a saúde e é muito bom.

Resposta 7: Sim, porque quando eu não fazia nada eu ficava em casa, e tipo assim, eu não era acostumada a fazer nada antes de entrar no balé, aí eu comecei a fazer balé eu me sinto muito melhor.

E16

Resposta 1: Eu acho que o esporte ajuda no físico da pessoa, e o esporte é uma coisa boa. É importante porque, tipo, ajuda a não ficar parado.

Resposta 2: Aqui no CRAS esse ano eu comecei a praticar muay thai, capoeira, educação física e jogo vôlei. Na rua eu jogo bola desde 2017.

Resposta 3: Não

Resposta 4: Pelos meus amigos e pelo professor.

Resposta 5: Não observei nenhuma mudança.

Resposta 6: Eu acho que melhora nossa saúde. Pra não ficar parado sem fazer nada.

Resposta 7: Acho melhor, porque antes eu ficava sem fazer nada, agora melhorou

ANEXO F

Fotografia 1: Adolescentes realizando atividades no SCFV

Fonte: A Autora, 2023.



Fotografia 2: Adolescentes realizando atividades no SFCV

Fonte: A autora, 2023.